

Luta por mais verbas

Audiência na CFOP evidenciou a urgência de mais recursos para as estaduais paulistas

A luta por mais recursos para Unesp, Unicamp e USP teve um capítulo importante nesta quarta-feira, 26/11. Após algumas tentativas frustradas, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), da Assembleia Legislativa, conseguiu realizar uma audiência pública com a presença dos reitores da USP e Unicamp, Marco Antonio Zago e José Tadeu Jorge, e da vice-reitora da Unesp, Marilza Vieira Cunha Rudge. Tendo como tema a crise nas universidades estaduais paulistas, a audiência foi presidida pela deputada Beth Sahnão – o presidente da CFOP, Mauro Bragato, está afastado por questões de saúde – e contou com a presença dos deputados Bruno Covas (PSDB), Davi Zaia (PPS), João Paulo Rillo (PT), Orlando Bolçone (PSB), Osvaldo Vergínio (PSD) e Professor Tito (PT), que fazem parte da Comissão. Também participaram Adriano Diogo (PT), Carlos Giannazi (PSOL) e Ramalho da Construção (PSDB). Servidores, docentes e estudantes encheram o auditório Teotônio Vilela.

O primeiro a falar foi o reitor da USP. Ele centrou sua exposição em números, procurando evidenciar que, até 2009, a situação da Universidade era confortável, mas que isso mudou rapidamente a partir de 2011. Tendo sempre como referência apenas os recursos advindos do ICMS - Quota parte do Estado (ICMS-QPE), ele afirmou que, em 2014, o saldo negativo deve ficar em R\$ 917 milhões, sendo que as diferenças vêm sendo cobertas com as reservas de caixa da USP.

Para Zago, as causas concentram-se em dois fatores: a ampliação “exagerada” do quadro de pessoal – os servidores passaram de 15.140 para 17.554 e os professores, de 5.678 para 6.074 – e a expansão dos salários. A solução, na ótica do reitor da USP, passa pela efetivação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntário (PIDV), nenhuma contratação e nenhum benefício salarial que exceda a inflação nos próximos anos. Ele enfatizou o fato de que,



Reitores e deputados durante a audiência, realizada no auditório Teotônio Vilela

a partir da experiência deste ano, todas as decisões que se refiram a salários, benefícios, abonos etc. serão compartilhadas com o Conselho Universitário da USP.

Em sua primeira exposição, Zago não relacionou a expansão como razão para a crise e não citou a necessidade de mais recursos.

Autonomia e expansão

Falando na sequência, o reitor da Unicamp destacou que a implantação da autonomia universitária, em 1989, foi um divisor de águas para as estaduais paulistas. Ao aplicar o previsto na Constituição Federal, que havia sido aprovada no ano anterior, o estado de São Paulo foi além e instituiu, também, a vinculação orçamentária, des-



tinando 8,4% do ICMS - QPE para Unesp, Unicamp e USP. Para Tadeu, não há dúvidas sobre o efeito benéfico da autonomia para a qualidade destas instituições. Ele lembrou que o percentual de repasse foi ajustado por duas vezes, em 1992 (9%) e em 1995 (9,57%).

Citando dados da tabela divulgada pelo Fórum das Seis (*Quadro 1*) – e que também consta no ofício que o Cruesp encaminhou ao governo e à Alesp solicitando mais recursos – o reitor da Unicamp frisou que o número de servidores técnicos e docentes decaiu, embora os demais indicadores (número de estudantes, cursos oferecidos etc.) tenha crescido bastante. Para Tadeu, as dificuldades orçamentárias atuais das universidades têm dois fortes motivos: a retração econômica, que influencia diretamente a arrecadação do ICMS, e a forte expansão sem a contrapartida de recursos adicionais e perenes. No caso da Unicamp, lembrou, o governo assinou compromisso, em 2003, de que aumentaria o repasse em 0,05%, por conta da criação do campus de Limeira, mas isso não se concretizou.

A vice-reitora da Unesp também citou os benefícios destes 25 anos de autonomia didática e orçamentária, que se traduz num expressivo aumento dos indicadores de qualidade. Ela destacou o programa de inclusão social na instituição, que garante 25% das vagas para egressos da escola pública, aí incluídos 35% de negros/pardos/



indígenas. As demandas que surgem a partir desta inclusão, aliadas à forte expansão vivida pela Unesp nos últimos anos, no entender da vice-reitora, ampliam a necessidade de que o governo cumpra a sua parte e garanta recursos adicionais às universidades.

Cobranças

A deputada Beth Sahnão foi a primeira a falar após a exposição inicial dos reitores. Dirigindo-se ao reitor da USP, ela questionou a afirmação de que o crescimento nas contratações é uma das causas na crise orçamentária atual. Uma avaliação do quadro de evolução das universidades desde 1995, assinalou a deputada, mostra que o número de servidores e professores da USP não acompanhou a expansão do número de estudantes, cursos, *campi* etc. Ela também criticou a criação do PIDV como saída para a crise, pois levará a Universidade a perder parte de seus melhores profissionais. Para Beth Sahnão, não é aceitável que o ônus da crise recaia sobre a comunidade acadêmica.

O deputado Adriano Diogo expôs sua preocupação com a existência das fundações, “incrustadas nos departamentos, mas com vida própria”, que sequer são afetadas pela crise orçamentária das universidades. São “parasitárias”, opinou.

O deputado Carlos Giannazi cobrou o reitor da USP sobre o cumprimento da Lei 1.202/2013, que transforma os cargos de técnicos de apoio administrativo em

Quadro 1
Universidades estaduais paulistas: crescimento de 1995 a 2013

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação
Docentes	3.497	3.730	6,7%	1.996	1.759	- 11,9%	5.056	6.008	18,8%
Técnico-administrativos	7.918	7.247	- 8,5%	8.681	8.254	- 4,9%	15.105	17.451	15,5%
Cursos de graduação	80	130	62,5%	44	68	54,5%	132	285	115,9%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.434	72,4%	1.990	3.320	66,8%	6.902	10.692	54,9%
Alunos matriculados / graduação	19.618	36.264	84,9%	9.023	18.338	103,2%	32.834	58.204	77,3%
Cursos de pós-graduação	83	233	180,7%	85	142	67,1%	476	664	39,5%
. Mestrado	-	132	-	46	74	60,9%	257	347	35,0%
. Doutorado	-	101	-	39	68	74,4%	219	317	44,7%
Alunos matriculados / pós-graduação	4.777	12.818	168,3%	8.771	16.195	67,6%	19.683	34.588	75,7%
. Mestrado	3.395	6.920	103,8%	3.830	5.263	37,4%	8.024	14.149	76,3%
. Doutorado	1.382	5.898	326,8%	2.996	6.141	105,0%	6.060	15.398	154,1%
. Especialização	-	-	-	894	1.425	59,4%	-	-	-
. Especiais	-	-	-	1.945	3.366	73,1%	5.599	5.041	- 10,0%
Títulos outorgados (total)	581	2.775	377,6%	1.044	2.256	116,1%	2.643	6.245	136,3%
. Mestrado	433	1.790	313,4%	724	1.310	80,9%	1.584	3.817	141,0%
. Doutorado	148	985	565,5%	320	946	195,6%	1.059	2.428	129,0%

Fonte: Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP (1996-2014)



professores da Educação Básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio). Também criticou as iniciativas do reitor para desvincular os hospitais universitários (o Centrinho, de Bauru, e o HU, de São Paulo).

Outros pontos

Em suas falas posteriores, os reitores e a vice-reitora convergiram no chamado aos deputados para que aprove a ampliação de recursos para as universidades. Respondendo a alguns dos questionamentos feitos, Zago disse que a implementação da Lei 1.202/2013 está em “estudo” na USP, que não estava preparado para discutir o tema “fundações” e que não concordava com as críticas à desvinculação dos hospitais universitários, dizendo-se defensor do SUS.

Tadeu lembrou que as universidades arcam integralmente com os proventos de seus aposentados, o que precisa ser levado em conta quando o assunto é a ampliação de recursos para estas instituições. Ele também se disse apreensivo com a tramitação de propostas que podem comprometer a autonomia universitária, em referência ao projeto de emenda constitucional de autoria do deputado Pedro Tobias (PEC 7/2014).

Marilza enfatizou a reivindicação de mudanças no teto salarial, atualmente equiparado ao subsídio do governador do Estado, e defendendo que seja de 90,25% do salário de um ministro do STF.

Momento decisivo

Falando em nome do Fórum das Seis, Francisco Miraglia enfatizou que, embora isso não fique explícito nas manifestações do reitor da USP, há coincidência de perspectivas nas propostas defendidas pelas entidades e pelo Cruesp (*Quadro 2*). Miraglia lembrou que o Fórum das Seis reivindica a cessação do desconto da Habitação; complementação de 0,7% do ICMS-QPE ainda em 2014; e a inclusão na LOA-2015 de 0,7% adicionais aos 9,57% já inscritos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para



Francisco Miraglia fala em nome do Fórum das Seis: Momento decisivo na luta por mais verbas para as estaduais paulistas

2015 (LDO-2015). As propostas dos reitores, comunicadas ao governo no ofício Cruesp 24/2014 de 10/9/14, são análogas, com exceção do percentual: no lugar de 0,7%, reivindicam 0,337%.

Reiterando que as propostas do Fórum foram transformadas em emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA-2015), ele frisou a necessidade urgente de que a CFOP sinalize na direção do aumento de recursos para as universidades, o que é essencial para os próximos anos.

Considerando a necessidade de negociar as emendas com o governo, o Fórum das Seis requereu audiência com o deputado Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, e com o secretário estadual da Fazenda, Andrea Calabi. Há uma possibilidade de que a reunião com Munhoz aconteça na próxima semana, mas ainda não há confirmação.

Quadro 2 - Propostas de ampliação do financiamento das estaduais paulistas

	Fórum das Seis	Cruesp
Habitação	Cessação imediata do desconto	Idem
Aporte emergencial 2014	0,7% do ICMS-QPE	0,337% do ICMS-QPE
LOA-2015	Adicionais 0,7% aos 9,57% do ICMS-QPE	Adicionais 0,337% aos 9,57% do ICMS-QPE
LDO-2016	No mínimo, 10% do total do produto do ICMS-QPE	No mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE ¹
Teto salarial	90,25% do subsídio de ministro do STF	Idem
Educa�o em geral	No mínimo, 33% do total do produto dos impostos	Não incluíram

¹ Embora não conste explicitamente do documento do Cruesp ao governo, os reitores informaram, na reunião de 18/9, que a base de cálculo proposta para os 9,907%   a mesma utilizada pelo Fórum das Seis

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Luta por mais verbas passa agora pela LOA-2015

Fórum das Seis convida: 26/11 tem audiência pública na Alesp para discutir a situação das universidades. Reitores dizem que vão!

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa (Alesp) vai realizar uma audiência pública para discutir a “crise das universidades estaduais paulistas”. Vai ser no dia 26/11/2014, quarta-feira, às 14h30, no auditório Teotônio Vilela. Após terem “furado” em duas oportunidades anteriores, os reitores estão confirmando presença desta vez.



Reunidas em 18/11, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram a importância de centrar o foco na tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA-2015), momento em que ainda é possível intervir no orçamento estadual do próximo ano. As propostas do Fórum foram apresentadas em forma de emendas ao projeto de LOA-2015 enviado pelo Poder Executivo à Alesp, e foram assinadas por vários deputados. Em resumo o Fórum das Seis reivindica a cessação do desconto da Habitação; complementação de 0,7% do ICMS-QPE ainda em 2014; e a inclusão na LOA-2015 de 0,7% adicionais aos 9,57% já inscritos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano (LDO-2015).

As propostas dos reitores – que acabaram concordando com as argumentações do Fórum durante a greve deste ano – foram comunicadas ao governo no ofício Cruesp 24/2014, de 10/9/14. Elas são análogas às do Fórum, com exceção do percentual: no lugar de 0,7%, reivindicam 0,337%. Porém, aqui temos um detalhe im-

portante: o prazo para apresentação de emendas ao projeto de LOA-2015 encerrou-se em 3/11 e, curiosamente, não há nenhuma que contemple as propostas do Cruesp!

O Fórum das Seis segue agindo na Alesp para tentar negociar com os deputados e o governo as emendas apresentadas. Além das várias reuniões já realizadas com os membros da CFOP, também foram solicitados encontros com o secretário da Fazenda, Andrea Calabi, e o líder do governo na Alesp, deputado Barros Munhoz,

ambos ainda sem retorno.

A audiência pública de 26/11 é um bom momento para dar visibilidade às nossas emendas. Por isso, é importante estarmos presentes em bom número. Contate sua entidade e participe!

Fórum cobra resposta do Cruesp ao pleito dos aposentados

Na primeira reunião de negociação da data-base deste ano, em 12/5/2014, o Fórum das Seis encaminhou ao Cruesp um abaixo-assinado organizado pelos servidores aposentados da Unesp, USP e Unicamp, no qual pleiteiam que o auxílio alimentação lhes seja extensivo. Considerando que, até o presente momento, não houve nenhuma resposta por parte do Cruesp, o Fórum enviou ofício (nº 21, de 18/11/2014), cobrando retorno a esta justa reivindicação dos aposentados.

26/11, quarta, 14h30: TODOS À ALESP!

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Fórum avalia que o movimento é vitorioso e decisivo na defesa das estaduais paulistas

Indica a suspensão da greve e retorno às atividades em 22/9

Esta quinta-feira, 18/9, marcou o 115º dia da maior greve da história da Unesp, USP e Unicamp. Em nova reunião com o Cruesp, o Fórum das Seis cobrou a posição dos reitores sobre um conjunto de itens importantes (*leia a seguir*) no momento em que se vislumbra a suspensão do movimento que conseguiu impor a derrota do projeto de congelamento salarial – com a concessão do índice salarial de 5,2% em duas parcelas e o abono de 28,6% para repor a retroatividade a maio – e avançar na luta por mais recursos.

Reunidas após a reunião com o Cruesp, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram a greve como vitoriosa ao obrigar os reitores a saírem da intransigência e a negociar. A greve é vitoriosa, igualmente, por expor à sociedade os projetos de desmonte das universidades estaduais, neste momento com maior nitidez na USP, e fortalecer a organização da comunidade universitária para barrá-las. Com esta avaliação, o indicativo do Fórum das Seis é de suspensão da greve e retorno às atividades a partir de segunda-feira, 22/9.

A reunião com o Cruesp

Os reitores da USP e da Unicamp não compareceram à reunião, enviando respectivamente como representantes os professores José Roberto Drugowich de Felício, chefe de gabinete, e Teresa Dib Zambon Atvars, pró-reitora de Desenvolvimento Universitário.

A coordenação do Fórum registrou, mais uma vez, o fato de que a pauta foi entregue em 28/3 e que os reitores optaram por não discuti-la de forma democrática, limitando-se a anunciar o reajuste zero em 12/5. Passados mais de 100 dias, foram obrigados a ceder e a negociar, o que poderiam

ter feito em maio, sem a necessidade dessa longa greve.

Na sequência, foram apresentados os pontos que o Fórum considera essenciais neste momento de uma luta que, sem dúvida alguma, terá continuidade:

Reposição com qualidade

O estabelecimento de um calendário de aulas que garanta a retomada e o encerramento do primeiro semestre, com qualidade. Somente após isso é que se deve dar início ao segundo semestre letivo. No caso dos funcionários técnico-administrativos, a garantia de condições para a reposição do trabalho acumulado, e não dos dias parados.

Quanto a este ponto, não houve qualquer questionamento por parte do Cruesp.

Financiamento

O Fórum destacou a reivindicação de que as reitorias exponham, no Portal de Transparência, os dados brutos, e não apenas dados agregados, com detalhamento mensal da gestão de recursos orçamentários e extraorçamentários das três universidades estaduais e do Centro Paula Souza.

A princípio, os assessores das universidades chegaram a dizer que isso já vem acontecendo, mas tiveram que reconhecer que os dados expostos são apenas parciais.

Em relação à busca de mais recursos, a coordenação do Fórum assinalou que considera um avanço a postura pública assumida pelo Cruesp. Cobrados insistentemente, os reitores adotaram os estudos feitos pelo Fórum, mas apresentaram reivindicações menores ao governo e à Assembleia Legislativa. No caso da reivindicação emergencial, por exemplo, solicitam um aporte extra de 0,337% do ICMS – Quota





Parte do Estado (QPE), enquanto o Fórum reivindica 0,7%. Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA 2015), estes índices se repetem.

Quanto a 2016, enquanto o Fórum reivindica um aporte de, no mínimo, 10% do total do produto do ICMS-QPE, o documento dos reitores fala em 9,907%, sem deixar claro sobre qual base: este índice já descontado de vários itens (como a Habitação), como tem feito o governo atualmente, ou o total do produto, como deveria ser. A coordenação do Fórum lembrou que essa diferença de “metodologia” foi responsável por um prejuízo de cerca de R\$ 2 bilhões para as universidades no período 2008-2013.

Em resposta, o assessor da Unicamp, Toninho, afirmou que a não citação deste detalhe agora é uma questão “tática”. Segundo Toninho, em 2016, “a intenção é pedir o cálculo sobre o total da arrecadação”, conforme pode ser conferido no áudio da reunião. Diante dessa afirmação, o Fórum solicitou que o Cruesp emita uma nota deixando esse compromisso explicitado.

Não repressão

O Fórum solicitou um compromisso das reitorias em torno destes pontos:

- Não reprimir e/ou criminalizar estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes que lutam em defesa da educação pública;
- Revogar as punições, inclusive os cortes de ponto, e retirar os processos administrativos e judiciais contra estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes, bem como contra entidades representativas do movimento sindical e estudantil, que lutam em defesa da universidade pública;
- Regularização dos registros de “faltas”, para que não haja quaisquer prejuízos funcionais;
- Definição de interlocutor em cada universidade, que sejam canais aptos a esclarecer e solucionar problemas que ocorram durante e após a volta ao trabalho.

Questionados, a reitora da Unesp e o representante da USP não concordaram com a suspensão dos processos administrativos e judiciais em curso. Em relação ao pagamento dos dias cortados na greve de 2013, a reitora da Unesp alegou ter sido orientada por sua assessoria jurídica a aguardar o desfecho da ação impetrada pelo Sintunesp.

Democratização

O Fórum reforçou ao Cruesp a necessidade de democratizar a universidade em todos os seus aspectos: acesso, produção de conhecimento e estrutura de poder.

Respeito à data-base

O Fórum solicitou o compromisso do Cruesp de respeito à data-base, estabelecendo que as negociações de 2015 sejam realizadas em abril. Neste ponto, houve concordância (*veja comunicado Cruesp nº 8 abaixo*).

Grupos de Trabalho

O Fórum enfatizou sua concordância com a criação dos Grupos de Trabalho (GT) propostos no Comunicado Cruesp nº 03/2014 (de 25/6), destacando a urgência de iniciar pelo GT sobre o tema “políticas de acesso e permanência estudantil”, logo após as eleições gerais deste ano.

Áudio da reunião

<http://podcast.unesp.br/radiorelease-18092014-reuniao-de-negociacao-entre-cruesp-e-forum-das-seis>



COMUNICADO CRUESP nº 08/2014

São Paulo, 18 de setembro de 2014

Em reunião realizada nesta data, o CRUESP e o Fórum das Seis acordaram:

- constituir e dar início às atividades dos grupos de trabalho sobre isonomia e sobre permanência estudantil;
- realizar reuniões sobre o dissídio de maio/2015 a partir de abril/2015; e
- concentrar esforços em defesa de uma universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade.

MARILZA VIEIRA CUNHA RUDGE
Presidente do CRUESP

Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

Suspender a greve, prosseguir na luta

A avaliação das entidades do Fórum das Seis é que protagonizamos um grande e vitorioso movimento. Além de derrotar a política de arrocho, conseguimos colocar em pauta na sociedade dois pontos fundamentais: a necessidade de mais recursos para a educação e apara as universidades estaduais paulistas, para dar conta das expansões ocorridas nos últimos anos, e a explicitação dos projetos de desmonte dessas importantes instituições por parte das reitorias. Após a suspensão da greve, a luta vai prosseguir. Vamos dar continuidade à luta empreendida pelo movimento contra o desmonte e por maior financiamento das universidades públicas estaduais, pela democratização das suas estruturas de poder e pelo atendimento das reivindicações de permanência estudantil, isonomia de salários e benefícios, entre outras.

Vencemos um round! A luta continua!

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

INTRANSIGÊNCIA TOTAL!

Reitor da USP dá o tom na reunião e Cruesp remete para as universidades a definição da questão salarial

Fórum das Seis indica a continuidade da greve

A reunião entre Fórum das Seis e Cruesp nesta terça-feira, 9/9, poderia constituir um momento privilegiado para a ocorrência de um desfecho produtivo para as categorias em greve e as universidades. Mas não foi o que ocorreu, por intransigência do Cruesp.

Os três pontos em pauta eram: data-base/questão salarial, busca por mais recursos para as universidades estaduais e constituição dos dois grupos de trabalho (sobre isonomia entre as universidades e permanência estudantil), propostos anteriormente pelo Cruesp.

Sobre o primeiro ponto, a reitora em exercício da Unesp e presidente do Cruesp, Marilza Vieira Cunha Rudge, perguntou qual era o retorno das categorias à proposta feita pelo Cruesp na reunião de 3/9: 2,57% sobre os salários de setembro (para serem pagos em outubro) e 2,57% sobre os salários de dezembro (a serem pagos em janeiro), com o reajuste total incidindo sobre o pagamento do 13º salário.

A coordenação do Fórum das Seis informou a posição unânime das assembleias de base, que consideraram a proposta insuficiente e apontaram a necessidade de respeito à data-base, ou seja, garantir de alguma forma a retroatividade do índice a maio. Desta forma, o Fórum apresentou a contraproposta considerada consensual entre as entidades,

com base nos indicativos das assembleias, que é a concessão de um abono de 28,6%, equivalente à retroatividade a maio. A contraproposta reproduz na íntegra um dos itens do termo da reunião entre Reitoria da USP e Sintusp, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em 4/9:

“Manutenção da data-base em 1º de maio, devendo o período descoberto (sem reajuste) ser compensado em forma de abono salarial, de natureza indenizatória, que considerando os índices do IPC-FIPE corresponderá a 28,60% do salário nominal de cada servidor no mês de maio de 2014. Este abono deve ser pago no prazo de 10 dias após eventual acordo.” (Termo de reunião nº 054/14 – Processo TRT/SP nº 1001167-68.2014.5.02.0000 – DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE).

O abono de 28,6%, a ser calculado sobre o salário de maio de 2014, corresponde ao período de quatro meses (maio, junho, julho e agosto) que ficou a descoberto na proposta do Cruesp, isto é: $4 \times 5,2\%$ (índice Fipe) = 20,8%, e mais $3 \times 2,6\%$ correspondentes aos meses de setembro, outubro e novembro, que perfazem 7,8%, chegando-se ao total de $20,8 + 7,8 = 28,6\%$.



Servidores da USP fizeram um ato durante a reunião. Sem acordo entre os reitores





Tempo para pensar

Feita a contraproposta, o Fórum das Seis sugeriu um intervalo para que os reitores pudessem discutir o assunto, o que foi aceito. No retorno, a professora Marilza informou que o Cruesp reconhece que de fato a data-base é maio, mas que naquele mês não foi possível negociar o reajuste. Acrescentou que o Cruesp mantinha a proposta feita em 3/9, de pagamento dos 5,2% em duas parcelas, mas que não seria possível aos reitores assumirem uma proposta unitária de abono. Portanto, “o eventual pagamento de abono será definido no âmbito de cada Universidade.” (conforme Comunicado Cruesp nº 07/2014).

Esta imposição do Cruesp gerou muita indignação no Fórum das Seis, pois se tratava do único item da Pauta Unificada 2014 que ainda não havia sido unilateralmente remetido para definição em cada universidade!

Os representantes das entidades insistiram no fato de que o abono não é, em absoluto, “uma questão específica de cada universidade”, pois é parte da questão salarial e envolve diretamente a data-base. Argumentaram que a postura adotada pelo Cruesp era uma tentativa evidente de fragmentar as categorias, abrindo um precedente muito preocupante na relação entre Fórum das Seis e Cruesp, os dois pilares essenciais para garantir a autonomia universitária.

Em meio ao debate acirrado, as falas dos reitores da Unicamp e da Unesp explicitaram claramente que a dificuldade do Cruesp de adotar uma posição unitária acerca da contraproposta feita pelo Fórum das Seis devia-se à posição do reitor da USP. Este, por sua vez, alegou não poder se posicionar sobre o abono sem consultar o “seu” Conselho Universitário (Co). Questionado sobre quando isto ocorreria, ele desconversou. Contudo, logo após a reunião, a imprensa noticiou que o Co tinha reunião marcada para terça-feira, 16/9, o que mostra que Zago sonhegou tal informação.

Isonomia e autonomia em risco

A coordenação do Fórum enfatizou que o Cruesp estava perdendo uma oportunidade ímpar de recolocar o dissídio em seu devido lugar – no âmbito das próprias universidades –, adotando uma solução negociada entre as partes. Ao contrário disso, a Reitoria da USP insistiu na judicialização da greve dos trabalhadores, delegando ao judiciário o poder de arbitrar sobre a vida da instituição e colocando em risco a autonomia universitária. Os representantes do Fórum das Seis argumentaram à exaustão sobre o equívoco da judicialização da greve e sobre a necessidade de manter a isonomia salarial, estendendo o abono aos funcionários e docentes das três universidades.

Nova reunião

A coordenação do Fórum das Seis cobrou a necessidade de nova reunião com o Cruesp, sugerindo a data de 17/9, quarta-feira. Alegando problemas de agenda dos três reitores, a presidente do Cruesp comprometeu-se a dar um retorno, no mais tardar até segunda-feira (15/9), sobre a data de uma próxima reunião.

Fórum indica continuidade da greve

Reunidas logo após a negociação com o Cruesp, as entidades que compõem o Fórum das Seis apontaram a manutenção da greve. O Fórum volta a se reunir na quarta-feira, 17/9, às 10h, para avaliar o desenrolar dos fatos.

Agenda

- **Quarta-feira, 10/9**, 14h30, no auditório Franco Montoro: Audiência pública da Comissão de Educação e Cultura da Alesp, para a qual estão convocados os reitores da USP e da Unicamp, para falar sobre a crise nas universidades.
- **Quarta-feira, 10/9**, 16h, nova reunião de conciliação entre Reitoria da USP e Sintusp no TRT.
- **Quarta e quinta, 10 e 11/9**, audiências públicas da Comissão Estadual da Verdade sobre o tema “O legado da ditadura na USP”. Auditório Paulo Kobayashi, das 10h às 13h e das 14h às 18h.

Sobre a busca por mais recursos

No dia 3/9, o Cruesp havia se comprometido a trazer, para a reunião de 9/9, as propostas dos reitores de alteração do documento do Fórum das Seis, já entregue aos deputados e ao governo do Estado, que reivindica mais recursos para a Educação e para as estaduais paulistas, em nível emergencial, em médio e longo prazos. Os reitores haviam dito que subscreviam o documento, com algumas “ressalvas pontuais”. Entre elas, a discordância sobre a reivindicação mais ampla defendida pelo Fórum, de destinação de 33% das receitas totais do Estado para a educação pública paulista, pois isso não estaria na “alçada” do Cruesp.

Na reunião de 9/9, no entanto, a informação prestada pela presidente do Cruesp é que os reitores haviam feito suas alterações no documento e que o encaminharão à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e à Assembleia Legislativa. Somente depois disso é que o divulgarão às entidades sindicais.

A coordenação do Fórum qualificou tal postura de antidemocrática, reafirmando que os reitores têm o direito de subscrever as propostas que considerarem mais corretas, mas que o debate prévio sobre elas poderia fortalecer pontos em comum, em benefício das três universidades.

Grupos de Trabalho

Frente à manutenção do impasse em relação à questão salarial, a constituição dos grupos de trabalho (GT) proposta pelo Cruesp anteriormente, não pode ser melhor discutida. O Fórum das Seis reafirmou sua disposição em compor estes GT sobre “Isonomia entre as universidades” e “Políticas de acesso e permanência estudantil” tão logo seja resolvida a questão da data-base.

Áudio da reunião

<http://podcast.unesp.br/radiorelease-09092014-reuniao-de-negociacao-entre-cruesp-e-forum-das-seis>

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Aos 100 dias da greve, Cruesp propõe 2 parcelas de 2,57%

Fórum indica manutenção da greve e realização de assembleias para avaliação da proposta e do estágio do movimento, apontando indicativos.

Nova reunião com os reitores acontece na terça, 9/9

Mais de mil pessoas, vindas de todo o estado de São Paulo, caminharam do vão livre do MASP até a sede do Cruesp, na rua Itapeva, nesta quarta-feira, 3/9. Estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes das três universidades foram recepcionados por dezenas de policiais da Tropa de Choque, que cercaram a entrada do prédio, mas isso não tirou o ânimo dos manifestantes, que realizaram mais um belo ato unificado.

Na reunião com os reitores, iniciada às 16h, a coordenação do Fórum fez uma fala preliminar, lembrando que a Pauta Unificada de Reivindicações 2014 foi entregue ao Cruesp em 28/3 e que, até esse mo-

mento, quando a greve chega aos 100 dias, não houve negociação efetiva entre as partes, nem sequer de assuntos que não requerem recursos adicionais.

A reitora em exercício na Unesp e presidente do Cruesp, Marilza Vieira Cunha Rudge, tomou a palavra para anunciar a proposta do Cruesp: divisão do índice de 5,2% em duas parcelas de 2,57%, a serem pagas na folha de setembro (para receber em outubro) e na folha de janeiro (para receber em fevereiro), sem retroatividade a maio e sem incidir sobre o 13º salário. O reitor da USP, Marco Antonio Zago, informou que esta proposta havia sido aprovada em 2/9 pelo Conselho Universitário de sua uni-



Questionados, os reitores negaram ter chamado a Tropa de Choque. Disseram que a iniciativa partiu da administração do prédio. Esta, por sua vez, disse não ter nada a ver com isso





versidade, e que não poderia alterá-la.

Posteriormente, após uma sessão de debates, em que os representantes das entidades fizeram duras críticas à postura de Zago, que coloca em marcha um evidente projeto de desmonte da universidade, e aos outros dois reitores, pela subserviência, por solicitação do Fórum das Seis as partes se reuniram, separadamente, por 15 minutos. Os reitores retornaram à mesa com uma alteração em sua proposta: “uma [parcela] de 2,57% na folha de setembro, a ser paga em outubro; e a outra, do mesmo percentual, na folha de dezembro, a ser paga em janeiro de 2015, totalizando os 5,2% acima definidos. Isso permitirá que o 13º salário de 2014 seja pago com o reajuste integral” (*de acordo com o Comunicado Cruesp n° 06/2014*).

Questionado pelos presentes seguidas vezes se não cumpriria a decisão do TRT-SP, que determinou o pagamento dos dias cortados dos funcionários da USP, Zago negou-se a responder.

Reivindicações de mais recursos

A professora Marilza informou ter cumprido a deliberação de seu Conselho Universitário, reunido em 28/8, que aprovou por unanimidade o documento do Fórum das Seis sobre as reivindicações de mais recursos para as universidades estaduais e incumbiu-a de levá-lo para referendo no Cruesp.

Segundo a presidente do Cruesp, havia acordo entre os reitores em subscrever o documento, mas com algumas ressalvas pontuais. Entre elas, a discordância sobre a reivindicação mais ampla defendida pelo Fórum, de destinação de 33% das receitas totais do Estado para a educação pública paulista, alegando que isso não estaria na “alçada” do Cruesp.

O reitor da USP, que já havia dado declarações públicas de que a USP não precisa de mais verbas, manteve-se calado neste ponto.

O Cruesp trará suas observações ao documento na próxima reunião com o Fórum, marcada para terça-feira, 9/9, ainda sem horário definido.

Assembleias devem avaliar e definir indicativos

O Fórum indica às categorias que realizem assembleias, se possível até a próxima sexta-feira, 5/9, para debater a proposta do Cruesp, avaliar o estágio atual do movimento e sugerir indicativos. O Fórum volta a se reunir na segunda-feira, 8/9, para avaliar o retorno das assembleias e preparar a intervenção na reunião com o Cruesp, no dia seguinte.

Reunião com o Cruesp na terça, 9/9

A pauta da reunião com os reitores na terça-feira prevê:

- Informe sobre os resultados das assembleias de base;
- Apresentação das sugestões ao documento do Fórum, que pede mais recursos para as universidades, em nível emergencial, médio e longo prazos;
- Discussão sobre eventuais desdobramentos da reunião entre Reitoria da USP e Sintusp no TRT.
- Discussão sobre a estruturação de comissões Fórum/Cruesp para tratar, respectivamente, da “Isonomia entre as três universidades estaduais” e da “Assistência e permanência estudantil”.

Áudio da reunião

O áudio da reunião entre Fórum das Seis e Cruesp pode ser conferido em:

<http://podcast.unesp.br/radiorelease-03092014-reuniao-de-negociacao-entre-cruesp-e-forum-das-seis>



NÃO É SÓ POR SALÁRIO! É POR CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO, DEMOCRACIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL!

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

CHEGA DE ENROLAÇÃO!

Ato Público em 3/9 cobrará do Cruesp negociações efetivas

Reunido nesta quarta-feira, 27/8, logo após a audiência pública promovida pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa (veja a seguir), o Fórum das Seis centrou o foco na preparação do ato estadual unificado de 3/9, data da reunião com o Cruesp.

Neste dia, as caravanas devem se concentrar no vão livre do MASP, a partir das 13h. De lá, sairemos em caminhada até a sede do Cruesp, na rua Itapeva, que é bem próxima do MASP. Vamos repetir a dose de 14/8, quando fomos ao Palácio dos Bandeirantes, e realizar um grande ato público em São Paulo! **Chega de enrolação, senhores reitores. Negociação efetiva, já!**

Mais atividades

A Comissão de Mobilização da Adusp realizará uma atividade importante no dia 2/9, às 16h, na Praça do Relógio, na Cidade Universitária, com vistas a romper a intransigência da Reitoria da USP. Trata-se do “SOS USP – EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA”, que contará com a presença de representantes de entidades sindicais, movimentos sociais, de parlamentares e intelectuais. **TODOS ESTÃO CONVIDADOS!**

Zago foge da audiência.

Mas, professores, funcionários e estudantes estavam lá para defender as universidades públicas

O auditório Franco Montoro, da Assembleia Legislativa (Alesp), ficou lotado nesta quarta-feira, 27/8, para a reunião ordinária da Comissão de Educação e Cultura. Mesmo convocado para falar sobre “A situação do Campus USP Leste, as providências adotadas e a situação orçamentária e as razões do corte no orçamento daquela Universidade”, o reitor da USP, Marco Antonio Zago, não foi. Segundo relato do presidente da Comissão, deputado Carlos Neder (PT/SP), no final da tarde de segunda-feira, 25/8, a Reitoria da USP enviou-lhe ofício alegando dificuldades para comparecer, devido a outras atividades agendadas: reunião do Conselho Universitário em 26/8, reunião de Conciliação no TRT em 27/8 [em horário diferente desta...], reunião entre Fórum das Seis e Cruesp em 3/9. No ofício, Zago propõe transferir a audiência para 10/9, “ocasião em que estarão disponíveis maiores recursos sobre a atual situação da USP”.

A atitude do reitor da USP foi duramente criticada. “Se ele trata assim os deputados desta casa, com tamanho desrespeito, é de se imaginar sua conduta em relação aos professores, funcionários e estudantes”, disse o deputado Carlos Giannazi (PSOL/SP), proponente da convocação. Ele anunciou aos presentes a intenção de protocolar duas representações contra Zago, por crime de responsabilidade e desobediência à convocação: junto à presidência da Alesp e junto ao Ministério Público Estadual.



Giannazi convidou os presentes a retornarem ao auditório Franco Montoro no dia 4/9, às 14h, quando haverá uma audiência pública exclusiva para debater a situação do HU e do HRAC (Bauru) da USP.

A mesa da reunião foi composta pelos deputados Neder e Giannazi, representantes do Fórum das Seis e do Sindicato dos Médicos. Também se pronunciou a deputada Sara Munhoz (PCdoB/SP). A reunião ordinária não foi oficial, por falta de quórum entre os deputados que a compõem.

Falando em nome da coordenação do Fórum, Francisco Miraglia destacou que estamos vivendo a polarização entre dois projetos distintos para a universidade pública paulista. De um lado, propostas de cunho privatizante e que tentam cobrar dos trabalhadores a conta da crise gestada pelos próprios reitores, sempre subservientes aos interesses do governo do Estado. De outro lado, as propostas do movimento, →



de cobrar do governo a concessão de mais verbas face à enorme expansão ocorrida nas estaduais paulistas, sem recursos adicionais. “E nós temos defendido este projeto com propostas concretas, emergenciais e em médio e longo prazos, que já entregamos nesta casa e no Palácio dos Bandeirantes”, disse o docente.

O protesto contra a desvinculação do HU e do HRAC da USP foi marcante na reunião. Gerson Salvador, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo e profissional do HU, conclamou a sociedade a impedir a ofensiva da Reitoria da USP. “Esses hospitais são de excelência e cumprem um importante papel na pesquisa e no atendimento com qualidade à população”, disse.

Ataques na USP

Sob pressão da greve, Conselho Universitário adia por 30 dias decisão sobre PDV e HU, mas aprova desvinculação do HRAC

Dando sequência ao seu acelerado projeto de desmonte da USP, o reitor Zago colocou em pauta no Conselho Universitário (Co), reunido em 26/8, um conjunto de propostas que vieram a público há apenas duas semanas. A reunião aconteceu sob clima tenso, acompanhada por uma manifestação dos profissionais do HU e de estudantes da Faculdade de Medicina.

A pressão da greve conseguiu retirar da pauta, por 30 dias, a proposta de desvinculação do Hospital Universitário (HU), mas não conseguiu o mesmo em relação ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), o Centrinho. Por 63 votos a favor, 27 contrários e 16 abstenções, a desvinculação foi aprovada. Outras medidas, como a criação de

Encaminhamentos

Ao final da audiência, foi aprovado o encaminhamento proposto pela coordenação do Fórum das Seis, de que os deputados Neder e Giannazi busquem a assinatura dos demais deputados da Alesp a uma moção que seja:

- Contrária à desvinculação do HU e do HRAC na USP;
- Favorável à realização de negociações salariais efetivas entre Fórum das Seis e Cruesp;
- Favorável à destinação de mais recursos à Educação e às universidades estaduais paulistas.

um Plano de Demissões Voluntárias (PDV) e a questão das negociações salariais, foram remetidas para um novo Co no dia 2/9.

O Fórum das Seis não tem dúvidas de que a ofensiva do reitor Zago sinaliza a existência de um projeto político de desmonte e de mudança do perfil das universidades públicas paulistas. Se aprovadas e viabilizadas na USP, tais propostas certamente terão seus desdobramentos na Unesp e na Unicamp. O que se vê nas três universidades são saídas para contornar uma crise cuja responsabilidade é dos próprios reitores, especialmente por terem aceito uma expansão acelerada nos últimos anos, de caráter eleitoral, sem quaisquer garantias efetivas de recursos adicionais e perenes.

TRT-SP posiciona-se contra desconto dos dias parados e pode obrigar a USP a pagá-los

Nesta quarta-feira, 27/8, ocorreu uma reunião de conciliação entre a Reitoria e o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). Não houve qualquer proposta salarial por parte da Reitoria da USP, a não ser a devolução dos salários cortados em troca do final da greve, o que foi rejeitado pelo Sintusp.

Na ata da audiência, presidida pelo desembargador David Meirelles e pela juíza Patrícia de Toledo (ambos do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos), consta que a USP “não trouxe nenhuma proposta concreta de reajuste salarial para esta reunião, informando que no dia 2/9 para tratar especificamente sobre este assunto, bem como no dia 3/9 o Cruesp estará reunido para a mesma finalidade, podendo a partir destas reuniões surgir uma proposta de acordo”.

Sobre o desconto dos dias parados, efetuado pela USP no início de agosto, a ata traz considerações severas: “Indagada a autarquia suscitante [a USP] se haverá descontos salariais para os grevistas no pagamento de 5/9, seus representantes aqui presentes não souberam informar, mas saem desta reunião cientes de que tais descontos não poderão ocorrer, sob pena de violação à Lei de Greve, bem como que os descontos salariais efetuados no dia 5/8 deverão ser pagos imediatamente”.

Também sobre a questão do corte do ponto, o represen-

tante do Ministério Público do Trabalho na reunião, procurador William Bedone, diz que a USP, “ao contratar funcionários pelo regime celetista, equiparou-se a qualquer empregador da iniciativa privada, estando sujeita, desse modo, a todas as normas trabalhistas em vigor no país”, de modo que, “com a deflagração do movimento paredista e com o ajuizamento posterior do presente dissídio coletivo, a decisão acerca do corte do salário dos empregados é de exclusiva competência deste TRT”. Ele conclui que, desta forma, “a ausência de pagamento de salários por parte da empregadora em 5/8/2014 se mostra arbitrária e flagrantemente ilegal”. Também consta na ata o entendimento do procurador, de que cabe à vice-presidência do tribunal “deliberar acerca da ordem visando ao pagamento imediato dos salários atrasados, que se descumprida constitui crime de desobediência”; “diante da premente necessidade dos trabalhadores e da ausência de proposta concreta por parte da empregadora, requer-se a suspensão da presente audiência e a remessa imediata e urgente dos autos à vice-presidência para deliberações”.

Assim, a vice-presidente do TRT, desembargadora Rilma Aparecida Hemetério, tem o poder de determinar se a universidade será obrigada ou não a pagar os salários cortados, e ela pode se pronunciar sobre isso nos próximos dias. Nova reunião entre as partes está agendada para 5/9.

**É hora de intensificar a luta.
A participação de todos(as) é fundamental!**

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Manter a greve e preparar um grande ato para 3/9, o dia da reunião com o Cruesp

Mobilização pelo reajuste salarial e contra o desmonte das universidades estaduais paulistas

Os desdobramentos da crise na USP, onde o reitor Marco Antonio Zago trouxe a público um conjunto de propostas de cunho privatizante, como um plano de 2.800 demissões “voluntárias” de servidores técnico-administrativos, redução de jornada com redução salarial, entrega do Hospital Universitário (HU) à Secretaria Estadual de Saúde; autarquia do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC ou “Centrinho”), entre outros, colocaram o movimento num novo patamar. Na reunião realizada pelo Fórum das Seis nesta quinta-feira, 21/8/2014, foi consensual a avaliação de que os fatos da USP sinalizam um projeto político de desmonte das universidades públicas paulistas. Se aprovadas e viabilizadas na USP, tais propostas certamente terão seus desdobramentos na Unesp e na Unicamp.

O que se vê nas três universidades são saídas para contornar uma crise cuja responsabilidade é dos próprios reitores, especialmente por terem aceito uma expansão acelerada nos últimos anos, de caráter eleitoreiro, sem

quaisquer garantias de recursos perenes.

Frente a este cenário, que se soma à intransigência do Cruesp em negociar efetivamente com o Fórum das Seis, a reunião fez os seguintes indicativos:

- **Manutenção da greve;**

- **3/9: Realização de um ato estadual unificado em São Paulo**, para acompanhar a reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, agendada para esta data;

- **27/8: Participação na audiência pública marcada pela Comissão de Educação e Cultura**, na Assembleia Legislativa, às 14h30, no auditório Franco Montoro, para a qual está convocado o reitor da USP, Marco Antonio Zago. Ele deverá falar sobre a “situação do campus USP Leste, as providências adotadas, a situação orçamentária e o corte no orçamento daquela Universidade”. As entidades da USP (Adusp, Sintusp e DCE) esperam uma presença expressiva de professores, servidores e estudantes na audiência. Demais categorias estão convidadas a comparecer e a fortalecer a atividade;

- **27/8: Após a audiência pública**, o Fórum das Seis volta a se reunir para avaliar os fatos e preparar o ato de 3/9;

- **2/9: O Comando de Mobilização dos Docentes da USP está organizando o “SOS-USP – Em defesa da Universidade Pública”**, um ato de massa com a presença de intelectuais, parlamentares e entidades sindicais e da sociedade civil. Mais detalhes em breve.



14/8: A luta por mais recursos ganhou as ruas

Mais verbas para as universidades

Fórum das Seis aguarda nova reunião na CFOP

Após participar da reunião na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa, em 13/8, agendada por seu presidente, deputado Mauro Bragato, com a finalidade de debater e buscar soluções para as universidades estaduais paulistas, o Fórum das Seis aguarda que um novo encontro seja marcado. Naquela ocasião, embora convidados, os reitores não compareceram.

Os representantes do Fórum entregaram à CFOP um conjunto de propostas – emergenciais, em médio e em longo prazo – de solução para a crise de financiamento nas universidades estaduais. No dia 14/8, as mesmas propostas foram entregues à Casa Civil do governo do Estado, durante a passeata que reuniu cerca de 2.500 pessoas.

As propostas do Fórum das Seis

Em nível emergencial

1. Cessação do desconto do montante de recursos para políticas de Habitação da base de cálculo do repasse às

universidades estaduais, retroativo a julho/2014;

2. Aporte emergencial de adicionais 0,7% da QPE do ICMS para as universidades estaduais, a serem depositados no início de outubro de 2014;

3. Inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA-2015) de liberações mensais adicionais de 0,7% da QPE do ICMS aos 9,57% que constam na LDO-2015, calculados sobre a mesma base de cálculo corrente, excluído o desconto da Habitação.

Médio prazo e longo prazos

Compromisso do governo do Estado de incluir na LDO-2016 as seguintes determinações:

1. O Estado aplicará em 2016, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo trinta e três por cento (33%) da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências;

2. Modificação do Artigo 4º da LDO-2016, de forma a contemplar no mínimo 10% do total do produto do ICMS (QPE) e das transferências devidas à Lei Kandir.

TRT nega liminar pedida pela reitoria da USP contra a greve dos funcionários

A reitoria da USP ingressou no Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP), no dia 19/8, com um pedido liminar contra a greve dos servidores técnico-administrativos. A liminar seria concedida “nos moldes do artigo 461, §3º do Código de Processo Penal (CPC), de aplicação subsidiária ao processo de trabalho, para determinar a suspensão da greve e retorno imediato dos empregados aos seus postos de trabalho”, com a finalidade alegada de evitar o “trancaço, com a paralisação total das atividades da USP, capital e interior”.

Na ação principal, que continua tramitando, a USP pede que sejam declaradas a “ilegalidade e abusividade” da greve, bem como seja adotada “multa diária de 100 mil reais por unidade universitária, que deverá ser arcada pelo Sintusp caso descumpra a decisão proferida”.

Ouvidas as partes, em audiência de conciliação realizada na tarde do dia 20/8, a desembargadora Rilma Hemetério negou o pedido de liminar, afirmando que “a questão relativa a serviços inadiáveis e essenciais abrangida no presente feito é aquela atinente aos Hospitais Universitários” e que “o próprio Suscitante (a USP) reconhece a inocorrência de greve de trabalhadores exercentes das funções de médico”, sendo que, no tocante ao serviço prestado pelos demais trabalhadores do HU, está sendo cumprido o percentual de 31% acordado entre a Reitoria e o Sintusp “para socorrer as necessidades do Hospital”.

A representante do Ministério Público do Trabalho

(MPT), procuradora Silvana Valladares de Oliveira, também foi contrária ao deferimento da liminar pedida pela reitoria da USP. Ela pressionou a reitoria pela abertura de negociações: “tendo em vista o longo lapso temporal da greve e a necessidade de solução do conflito coletivo, de forma que as aulas voltem a ocorrer e os trabalhadores sejam ouvidos em suas reivindicações, conclama as partes à negociação coletiva e sugere que o Reitor da Universidade apresente o orçamento e demais documentos que possam auxiliar na busca de uma solução negociada para o atual impasse”.

USP e Sintusp aceitaram a proposta da desembargadora para negociarem junto ao Núcleo de Conciliação de Coletivos (NCC), “até que se esgotem as possibilidades de solução amigável do feito”. Assim, ficou agendada reunião entre as partes no NCC para o dia 27/8/2014, quarta-feira, às 13 horas.

Repúdio à ação policial

O Fórum das Seis repudia as ações violentas da Polícia Militar contra os servidores da USP, que se manifestavam pacificamente nesta quarta-feira, 20/8. Chamada pela reitoria da USP, a Tropa de Choque agiu com violência, agredindo os manifestantes com bombas de gás e balas de borracha.

O Fórum das Seis condena estes fatos e insta a reitoria da USP a trocar suas ações intimidatórias e repressivas por efetivo diálogo com a comunidade.

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sintesp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Um significativo ato até o Palácio!

Saímos às ruas para cobrar do governo Alckmin mais recursos para as universidades



Duas questões marcaram o ato: Pressão contra o arrocho salarial e por mais recursos para as universidades

Caravanas de vários *campi* da Unesp, Unicamp e USP juntaram-se nesta quinta-feira, 14/8, e protagonizaram um grande momento na greve. Saíndo da USP, cerca de 2.500 pessoas caminharam até o Palácio dos Bandeirantes, no bairro do Morumbi, portando faixas e cartazes, reafirmando que nossa luta não é apenas por salário, mas também em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. A imprensa deu uma boa cobertura.

O objetivo da manifestação foi pressionar o governador Geraldo Alckmin contra o arrocho salarial e apresentá-lhe nossas propostas de mais recursos para as universidades.

Chegando ao Palácio, a coordenação do Fórum das Seis solicitou que uma representação fosse recebida pelo governador, o que foi aceito. Uma comissão de 10 pessoas, representando todas as entidades que compõem o Fórum, foi atendida por dois assessores da Casa Civil. Eles receberam um kit contendo nossas propostas básicas para a solução dos problemas de recursos nas universidades, como você confere em matéria do verso do boletim.

A princípio, os representantes da Casa Civil argumentaram que tais propostas deveriam ser enviadas à Assembleia Legislativa. Mas ouviram da comissão que isso foi feito durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, e que os deputados da base governis-

ta alegaram que não poderiam acatá-las por determinação do Palácio. Diante disso, eles se comprometeram a levar a discussão para o âmbito do governo. O Fórum das Seis também solicitou o agendamento de uma audiência com o secretário estadual da Fazenda para o mais breve possível.

Na véspera do ato, uma comitiva do Fórum das Seis já havia participado de uma reunião na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp, como mostra cobertura no verso. Os reitores, convidados, não compareceram.

Manutenção da greve. Nova rodada de assembleias

Reunido logo após a passeata ao Palácio, as entidades avaliaram a atividade como bastante positiva. A indicação do Fórum é pela manutenção da greve, com nova rodada de assembleias nas unidades até quarta-feira, 20/8. O Fórum volta a se reunir no dia 21/8, quinta, para avaliar o retorno das assembleias e definir os próximos passos.

20/8: Dia de ações nas unidades

O indicativo do Fórum é que as entidades organizem um dia de atividades localizadas em 20/8, quarta-feira, de acordo com suas especificidades. →



Reunião na Alesp

As entidades defenderam mais recursos... mas os reitores recusaram-se a comparecer

O Fórum das Seis atendeu ao convite do deputado Mauro Bragato (PSDB), presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa (Alesp), para uma “reunião extraordinária” da comissão em 13/8, “com a finalidade de debater e buscar soluções para as universidades estaduais paulistas”.

Também convidado a comparecer, o Cruesp alegou “impossibilidade de participação dos reitores das três Universidades Estaduais Paulistas”, sendo que a presidente da entidade, reitora em exercício da Unesp, desculpou-se porque “estará em férias oficiais”. Mas não sem solicitar ao deputado Bragato “a abertura de uma nova agenda entre a Comissão [CFOP] e o Cruesp”. Teriam os reitores algum problema em participar de reunião conjunta com o Fórum das Seis? Abaixo, confira o ofício encaminhado pelo Cruesp ao deputado Bragato.

Estiveram presentes, além do presidente da sessão, os deputados Orlando Bolçone (PSB) e Osvaldo Vergínio (PSD), membros efetivos da CFOP; João Paulo Rillo (PT), membro substituto; e Carlos Giannazi (PSOL). O deputado Bragato manifestou seu apoio pessoal ao aumento da dotação das estaduais paulistas, registrando enfaticamente a indisposição dos reitores de manter diálogo com a Alesp, atitude que tem comprometido seriamente a necessária ampliação de recursos perenes para a USP, Unesp e Unicamp. Em particular, a miopia estratégica do reitor da USP, aliada à



A reunião na CFOP: vazio do lado dos reitores

sua disposição de violência contra o corpo da universidade, é incompatível com o exercício do cargo.

O Fórum das Seis entregou aos presentes um kit composto dos seguintes documentos:

- “Carta aos Deputados”, onde explicita o desenvolvimento das três universidades estaduais desde 1995 (conquista dos 9,57% do ICMS-QPE) até 2013 (com dados dos anuários mais recentes dessas instituições), ressaltando as distorções realizadas pelo Executivo no que diz respeito à base de cálculo do citado percentual;
- Documentos que expressam o compromisso do governo estadual quando da incorporação de Lorena pela USP e criação do campus de Limeira pela Unicamp; e ofício encaminhado em 2005 ao governo pelo então presidente do Cruesp, solicitando mais verbas às três universidades, por conta da expansão;
- Propostas do Fórum das Seis (a seguir).

As propostas do Fórum das Seis

Em nível emergencial

1. Cessação do desconto do montante de recursos para políticas de Habita o da base de cáculo do repasse às universidades estaduais, retroativo a julho/2014;
2. Aporte emergencial de adicionais 0,7% da QPE do ICMS para as universidades estaduais, a serem depositados no início de outubro de 2014;
3. Inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA-2015) de libera es mensais adicionais de 0,7% da QPE do ICMS aos 9,57% que constam na LDO-2015, calculados sobre a mesma base de cáculo corrente, excluído o desconto da Habita o.

Médio prazo

Compromisso do governo do Estado de incluir na LDO-2016 as seguintes determina es:

1. O Estado aplicar  em 2016, na manuten o e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo trinta e três por cento (33%) da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências;
2. Modifica o do Artigo 4  da LDO-2016, de forma a contemplar no mínimo 10% do total do produto do ICMS (QPE) e das transferências devidas   Lei Kandir.

Com a palavra, os senhores reitores!



CRUESP
Conselho de Reitores das
Universidades Estaduais Paulistas

Ofício n  19/2014 - CRUESP

São Paulo, 07 de agosto de 2014.

Nobre Deputado,

Venho informar a impossibilidade de participa o dos reitores das três Universidades Estaduais Paulistas e, em particular, da Presidente do Cruesp, que estará em férias oficiais, na reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, com o Cruesp e o Fórum das Seis, que será realizada no dia 13 do corrente mês.

Nesse sentido, solicito a Vossa Excelência a abertura de uma nova agenda entre a Comissão e o Cruesp.

Na expectativa da viabiliza o da presente solicita o, aguardo retorno.

Atenciosamente,



MARILZA VIEIRA CUNHA RUDGE
Presidente do CRUESP

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Cruesp não negocia sequer itens da Pauta Unificada que dispensam recursos adicionais!

Fórum das Seis indica a continuidade da greve

Logo no início da reunião entre Cruesp e Fórum das Seis, nesta quarta-feira, 16/7, os representantes das entidades informaram aos reitores que a indignação de funcionários técnico-administrativos e docentes com o arrocho salarial continua forte, traduzindo-se na continuidade da greve. Questionada sobre a existência de alguma proposta para as categorias, a reitora da Unesp e presidente do Cruesp, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, repetiu que “o dissídio está adiado para setembro/outubro” e que já havia sido “acertado” que a presente reunião não abordaria salário.

Os representantes do Fórum frisaram não havia nenhum “acerto” entre as partes e sim um comunicado unilateral dos reitores, que não querem discutir as questões salariais, o que é muito diferente de uma efetiva negociação.

Diante desta nova negativa, o Fórum destacou a necessidade de discutir e chegar a propostas sobre os demais itens da Pauta Unificada entregue ao Cruesp em 28/3. Como não seria possível abordar todos os itens nesta reunião, o Fórum propôs iniciar por três pontos, ressaltando em cada um os princípios que sinalizam para tratamento isonômico nas três universidades e no Centro Paula Souza (Ceeteps). Veja, a seguir, uma síntese de cada um desses pontos e as respostas do Cruesp.

Defesa do aumento de recursos para a educação e da garantia de sua qualidade

- Não utilizar cursos via ensino à distância (EàD) na formação inicial;
- Ampliar vagas presenciais, com garantia de recursos necessários e perenes;
- Lutar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) por 33% da receita total de impostos para a educação, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado (QPE) do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% desta mesma base de cálculo para o Ceeteps;

- Lutar junto ao Executivo e ao Legislativo, com vistas à promulgação de lei complementar, destinando um percentual da receita total de impostos às universidades estaduais e ao Ceeteps. Tal percentual deve ser, no mínimo, equivalente ao destinado hoje a estas instituições, acrescido dos percentuais devidos pelo Executivo em função de compromissos assumidos quando da anexação de Lorena pela USP (0,05% ao longo de cinco anos, “totalizando, ao final, 0,25 de acréscimo ao percentual do ICMS garantido às Universidades Estaduais”, conforme Ofício GS. SCTDE nº 1707/2005), da criação de novo campus em Limeira (0,05%, conforme documento do Governo do Estado à Unicamp de 15/12/2005) e, no caso da expansão da Unesp, com a abertura das unidades de Itapeva, Sorocaba, Ourinhos, Registro, Tupã, Rosana, Dracena e São João da Boa Vista, bem como a abertura de novos cursos, em diferentes locais, do aporte efetivo de recursos adequados para tal;

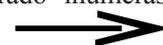
- Lutar para que o percentual de repasse às universidades seja aplicado sobre o total do produto do ICMS-QPE, a exemplo do que é feito com os municípios (ou seja, tratamento isonômico ao que é dado aos municípios).

Os reitores nada disseram a respeito do uso de EàD na formação inicial. Sobre a luta por mais recursos, alegaram estar fazendo esforços junto ao Executivo e aos deputados para que o repasse do ICMS às universidades seja calculado sobre o total do produto do ICMS, sem os expurgos denunciados sistematicamente pelo Fórum das Seis. Os reitores disseram, ainda, ter feito várias cobranças junto ao governo, por conta dos recursos prometidos e não repassados nos processos de expansão.

O pró-reitor de Administração da Unesp, Carlos Antonio Gamero, disse que a criação de sete novos campi e 34 cursos nos anos de 2002/2003 significou “uma nova universidade dentro da universidade”. O reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, informou que, embora cobrado inúmeras



Os participantes, durante a reunião



→ vezes sobre os percentuais devidos por conta da criação do campus de Limeira, o governo não cumpre o prometido. Representando novamente o reitor da USP – que está viajando – o vice-reitor Vahan Agopyan informou que apenas uma pequena parte dos recursos prometidos por conta da encampação de Lorena não foi repassada, o que gerou estranheza entre os presentes.

Os representantes do Fórum registraram o fato de que os reitores não batalham por mais recursos para as universidades com a mesma firmeza com que se dispõem a arrochar os salários de funcionários e docentes.

Democratização da universidade

- Democratizar a universidade em todos os seus aspectos: acesso, produção de conhecimento e estrutura de poder;
- Expor, no Portal de Transparência, os dados brutos, não agregados, com detalhamento mensal da gestão de recursos orçamentários e extraorçamentários das três universidades estaduais e do Ceeteps;
- Não reprimir e/ou criminalizar estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes que lutam em defesa da educação pública;
- Revogar as punições, inclusive os cortes de ponto, e retirar os processos administrativos e judiciais contra estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes, bem como contra entidades representativas do movimento sindical e estudantil, que lutam em defesa da universidade pública.

Sobre este ponto, os reitores limitaram-se a reafirmar sua disposição de divulgar todos os dados que forem solicitados pelas entidades. Às cobranças de revogação de todas as punições, cortes de ponto, processos e outros, em especial na Unesp e na USP, não houve resposta.

Permanência estudantil / gratuidade ativa

- Garantir a participação dos estudantes na gestão das políticas de permanência estudantil na Unesp, Unicamp e USP e no Ceeteps, por meio de órgãos paritários e deliberativos;
- Prover dotação orçamentária específica para assegurar políticas efetivas de permanência estudantil, seguindo padrões isonômicos entre as três estaduais paulistas e o Ceeteps, visando:
 - a) Moradia estudantil para atender a demanda em todos os *campi*;
 - b) Construção de restaurantes universitários com estrutura e funcionamento adequados às demandas das unidades em todos os *campi*;
 - c) Concessão de bolsas de permanência estudantil com adoção de critérios socioeconômicos, adotando-se o valor do salário mínimo vigente no Estado de São Paulo;
 - d) Estrita vinculação de todas as bolsas concedidas às atividades acadêmicas dos bolsistas, com a conversão das bolsas trabalho ou similares em bolsas de permanência estudantil.

Neste ponto, a professora Marilza voltou a citar os termos do Comunicado 3, de 25/6/2014, no qual o Cruesp propõe a criação de grupos de trabalho entre as partes para discutir permanência estudantil e isonomia. O Fórum lembrou aos reitores já ter respondido a esta proposta, dizendo-se favorável a com-

por as comissões, mas somente após o desenlace da data-base. Isso não impediria, no entanto, que os reitores discutissem a questão da permanência estudantil de um modo mais amplo naquele momento. Não houve acordo.

Sem propostas, sem diálogo efetivo

A retórica de abertura e democracia, estampada pelos reitores na reunião, não se sustenta frente à sua prática. Intransigentes, recusaram-se a discutir até mesmo pontos que não implicam em recursos, como é o caso da revogação das punições, a participação dos estudantes na gestão das políticas de permanência estudantil, por meio de órgãos paritários e deliberativos, entre outros.

Outros pontos

No decorrer da reunião, alguns outros assuntos vieram à discussão, entre eles:

Ceeteps: Embora sabedora da legislação que prevê o vínculo e a associação do Centro Paula Souza à Unesp, a professora Marilza questionou a sua presença na Pauta Unificada do Fórum. Ouvia dos representantes do Fórum que a composição da Pauta é prerrogativa das entidades representativas e que o assunto deveria voltar à discussão em outro momento, de forma aprofundada, tendo em vista a defesa da construção de um sistema público de Educação Superior no estado.

Hospitais universitários: Após questionamentos, o reitor da Unicamp declarou-se contrário a qualquer iniciativa de desvinculação dos hospitais universitários. A reitora da Unesp, onde já ocorreu a autarquização, defendeu a medida como melhor solução para os problemas de recursos. O vice-reitor da USP disse que a universidade tem “experiências positivas” com os dois modelos existentes (HC e HU) e que a postura da Reitoria sobre o assunto ainda é indefinida.

Nova reunião

Ao final da reunião, a coordenação do Fórum solicitou aos reitores o agendamento de um novo encontro, para dar continuidade às discussões da Pauta Unificada 2014. Inicialmente, a presidente do Cruesp sinalizou que isso somente seria possível para o final de agosto, devido às agendas dos reitores. Os representantes do Fórum frisaram que jogar uma próxima reunião para mais de 40 dias adiante, num cenário de greve nas três universidades, seria mais uma demonstração de desrespeito com as categorias. Frente a esta argumentação, ficou acertado que a data da próxima reunião será informada ao Fórum até segunda-feira, 21/7.

Continuidade da greve

O Fórum das Seis indica às categorias a continuidade da greve e volta a se reunir no dia 22/7, terça-feira, às 10h, na sede da Adunesp/Sintunesp.

Confira o áudio da reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis em 16/7:
<http://podcast.unesp.br/radiorelease-16072014-reuniao-do-cruesp-com-o-forum-das-seis>

A GREVE CONTINUA! NÃO É SÓ POR REAJUSTE! É POR DIGNIDADE E DEMOCRACIA!

Mais uma NÃO negociação!

Reitores disparam o QUARTO zero. Fórum indica a continuidade da greve

Categorias devem fazer assembleias de base na segunda-feira, 7/7

A reunião entre Cruesp e Fórum das Seis, realizada nesta quinta-feira, 3/7, durou duas horas. A reitora da Unesp e presidente do Cruesp, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, reafirmou os termos do Comunicado 3, de 25/6/2014, no qual o Cruesp remete as discussões salariais para setembro-outubro, tendo em vista o “cenário de alto comprometimento dos recursos orçamentários com a folha de pagamento das três universidades”, e propõe a criação de grupos de trabalho entre as partes para discutir permanência estudantil e isonomia. Por várias vezes, ela bateu na tecla da necessidade de debater isoladamente as pautas específicas das categorias.

O reitor Marco Antonio Zago não compareceu à reunião. A USP foi representada pelo vice-reitor, Vahan Agopyan. Situação curiosa, pois, pela manhã, Zago faltou a uma audiência agendada com deputados na Reitoria, sob a alegação de que estaria indo a uma “reunião urgente” chamada pelo

Cruesp (!). Os deputados estaduais Carlos Giannazi (PSOL), Adriano Diogo (PT), Major Olímpio (PDT), e o deputado federal Ivan Valente (PSOL) haviam solicitado a reunião com ele para pleitear a abertura das negociações. Zago teria fugido lá e cá?

O reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, não emitiu palavra durante a reunião...

Os representantes do Fórum acusaram o Cruesp de desrespeito e absoluta falta de diálogo. Os reitores ignoram totalmente a argumentação das entidades e sequer apresentam propostas para itens da Pauta Unificada que não implicam em recursos. Contraditoriamente, sinalizam para negociações de pautas específicas, embora saibam que a maior parte das reivindicações também envolve recursos.

Diante das repetidas alegações da reitora da Unesp e do vice-reitor da USP, acerca da “crise orçamentário-financeira” das universidades, →



Os reitores da Unicamp e Unesp, Tadeu e Marilza, e o vice-reitor da USP, Vahan: “Não negociação”!

→ chamando as categorias a “compreenderem o atual momento”, os representantes das entidades resgataram alguns aspectos importantes: nos últimos anos, sucessivos reitores compactuaram com a política do governo, de expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida de recursos. Nunca cobraram publicamente o governo por não cumprir documentos assinados, nos quais se comprometia a aumentar a dotação da USP (pela encampação da ex-Faenquil, em Lorena) e da Unicamp (pela criação do campus de Limeira). Não questionaram o expurgo feito pelo governo antes do repasse dos 9,57% do ICMS às universidades, responsável por um prejuízo de bilhões de 2008 a 2013. Mas agora querem que funcionários técnico-administrativos e docentes – que sempre lutaram por mais recursos – aceitem o arrocho. *É muito acintoso!*

Nova reunião

Ao final da reunião, a coordenação do Fórum cobrou dos reitores o agendamento de nova reunião. Embora reafirmando que não há possibilidade de discutir salários agora, o Cruesp concordou em marcá-la,

dispondo-se a discutir outros itens da pauta. A data será informada ao Fórum na próxima segunda-feira, 7/7.

Assembleias de base na segunda-feira

Reunido logo após a “não negociação” com o Cruesp, o Fórum das Seis indica às categorias:

- Continuidade da greve;
- Negociação das pautas específicas somente após a conclusão das discussões salariais;
- Realização de assembleias de base na segunda-feira, 7/7, para avaliar os fatos da “não negociação” e discutir os próximos passos do movimento;
- Nova reunião do Fórum na terça-feira, 8/7, às 9h, para avaliar o retorno das assembleias.

Confira o áudio da reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis:

<http://podcast.unesp.br/radiorelease-03072014-forum-das-seis-e-cruesp>

Inimigo da educação!

Alckmin impede negociações e impõe LDO sem mexer na dotação das universidades

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) votou na madrugada desta sexta-feira, 4/7, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2015), aprovando o relatório da deputada Maria Lúcia Amary (PSDB). Nenhuma das emendas do Fórum das Seis – apresentadas pelas bancadas oposicionistas – foi incorporada. Até o momento da votação, representantes do Fórum tentaram negociar com líderes do governo a aprovação das emendas em plenário, com ênfase para a que previa isonomia de tratamento às universidades estaduais paulistas em relação aos municípios. Conforme o Fórum vem denunciando, o governo expurga da quota-parte do Estado do ICMS (75%) um conjunto de recursos (Habitação, juros, moras etc.) antes de calcular os 9,57% destinados às universidades. Já a quota-parte dos municípios (25%) não tem estes descontos.

Já passava de meia-noite quando os representantes do Fórum, sob a intermediação dos deputados oposicionistas, solicitaram que a sessão fosse suspensa por alguns minutos, para que pudessem conversar com

as lideranças governistas sobre a “emenda aglutinativa” que havia sido proposta. Nesse momento, o líder do governo na Alesp, deputado Barros Munhoz, pediu a palavra para informar que não adiantava conversar, pois o governador havia proibido qualquer negociação que pudesse gerar mais recursos para as universidades, seja de aumento do percentual seja de correção da base de cálculo dos atuais 9,57% do ICMS.

Zeroaldo ataca explicitamente as universidades... mas terá o troco devido!



FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Atos reafirmam disposição de luta: **A greve continua!** Abertura de negociações, já!

Ocorreram nesta terça-feira, 1º de julho, dois momentos importantes para a greve nas universidades estaduais paulistas. Pela manhã, caravanas da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza concentraram-se em frente à Reitoria da Unesp, com o objetivo de pressionar a atual presidente do Cruesp, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, pela abertura de negociações com o Fórum das Seis.

Novamente, os manifestantes foram recebidos por um grande contingente de policiais da Tropa de Choque, mas isso não tirou o ânimo dos servidores, docentes e estudantes, que logo tomaram toda a rua em frente à Reitoria.

No início do ato, a coordenação do Fórum das Seis foi comunicada de que a reitora receberia uma comissão de representantes das entidades às 12h30. A reunião durou cerca de uma hora e meia. Acompanhada de pró-reitores e vários assessores, a professora Marilza ouviu dos representantes a cobrança do agendamento de uma reunião entre as partes e que a intransigência do Cruesp só fortalecia a greve em curso. Ela declarou o compromisso de conversar com seus colegas, os reitores da Unicamp e da USP, com o objetivo de marcar a reunião. Disse que sua posição é favorável à reunião entre Cruesp e Fórum das Seis e que iria se esforçar para que seja agendada.

Utilizando uma expressão que ficou famosa na boca do ex-presidente Jânio Quadros, a reitora revelou preocupação com as “forças ocultas”, que estariam se aproveitando da situação para trazer à tona propostas de ensino pago nas universidades públicas e questionando a autonomia universitária. Os representantes das entidades destacaram que a intransigência do Cruesp abre espaço para este tipo de investidas de setores conservadores e que os reitores deveriam repensar sua conduta.

Sobre a ação do Cruesp em relação à luta por



A reunião entre representantes do Fórum das Seis e a presidente do Cruesp

mais verbas para as universidades na LDO-2015 (*veja matéria a seguir*), a presidente do Cruesp relatou algumas iniciativas tomadas – reuniões com a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), da Assembleia Legislativa (Alesp), e com membros do governo – para defender a mesma proposta do Fórum das Seis em relação ao repasse do ICMS sem expurgos. Segundo ela, até aquele momento, o governo havia concordado apenas em inserir no relatório da CFOP a expressão “no mínimo” antes do percentual de 9,57% do ICMS.

A reunião com a presidente do Cruesp foi gravada em áudio. Confira em https://www.dropbox.com/s/ohqhy47ys5rx2me/Reuniao_Marilza_Forum_1072014.mp3

Nova reunião do Fórum

Nesta quinta-feira, 3/7, o Fórum das Seis volta a se reunir, para avaliar a conjuntura e definir os próximos passos da greve. →

➔ Pressão dos manifestantes garante fala do Fórum das Seis na Alesp

Na parte da tarde, os manifestantes dirigiram-se à Alesp, pois havia a possibilidade de que o projeto de LDO-2015 entrasse em votação. No entanto, isso não aconteceu, pois a CFOP ainda não havia concluído seus trabalhos e permanecia reunida no plenário Dom Pedro I.

Num grande coro – “Democracia, já! O Fórum vai falar!” – os manifestantes conseguiram convencer o presidente da Comissão, deputado Mauro Bragato (PSDB), a abrir a palavra para que o professor Francisco Miraglia, da USP, falasse em nome do Fórum das Seis. Ele lembrou o conteúdo das emendas do Fórum – apresentadas à LDO-2015 pelas bancadas opositoras na Alesp – que pedem o aumento de recursos para o conjunto da educação pública (33% das receitas totais do estado), aí inseridos 11,6% do ICMS quota-parte do Estado (sem o expurgo que denunciávamos, ou seja, o desconto que o governo promove antes do repasse) para as universidades estaduais e 2,1% desta mesma base de cálculo para o Centro Paula Souza.

Miraglia destacou a importância de que o governo garanta na LDO-2015 às universidades estaduais paulistas a isonomia com o tratamento dado aos municípios. Conforme o Fórum vem denunciando, o governo expurga da quota-parte do Estado do ICMS (75%) um conjunto de recursos (Habitação, juros, moras etc.) antes de calcular os 9,57% destinados às universidades. Já a



Chico Miraglia, da USP, fala durante reunião da CFOP, na Alesp, em defesa de mais recursos para a educação pública

quota-parte dos municípios (25%) não passa por estes descontos. E cabe lembrar que, de acordo com os cálculos do Fórum, se incluídos os recursos referentes ao programa Nota Fiscal Paulista, de 2008 a 2013, a “metodologia” utilizada pelo governo Aécio trouxe um prejuízo de R\$ 2 bilhões às três universidades estaduais.

A CFOP tem novas reuniões nesta quarta-feira, 2/7, que serão acompanhadas por representantes do Fórum. Não há certeza se o relatório final da Comissão será colocado em votação no plenário no mesmo dia.



Em meio aos atos, destaque para a luta pela imediata libertação de Fábio Hideki, servidor e funcionário da USP, preso ilegalmente pela PM durante ato em São Paulo, no dia 23/6

A GREVE CONTINUA! NÃO É SÓ POR REAJUSTE! É POR DIGNIDADE E DEMOCRACIA!

Reitores fazem ouvidos moucos! Gritemos em bom som: **ARROCHO, NÃO!**

Abertura imediata de diálogo e negociação entre Cruesp e Fórum das Seis.

É isso que vamos exigir no ato estadual unificado que faremos nesta terça-feira, 3/6, às 14h, na frente à Reitoria da Unesp, em São Paulo.

Caravanas estão sendo organizadas em todo o estado e a perspectiva é realizar uma grande manifestação. Intransigentes, os reitores fingem não entender o tamanho da indignação que toma conta de funcionários técnico-administrativos, professores e estudantes da Unesp, Unicamp e USP, que se materializa numa greve que se fortalece a cada dia. Eles serão obrigados a nos ouvir!

No dia 28/5, o Fórum enviou novo ofício ao Cruesp (nº 5/2014), argumentando que *“a disposição ao diálogo e à negociação constituem aspectos essenciais no bom relacionamento entre administração e professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes nas universidades estaduais paulistas”*. Enfatizamos: *“é esta postura democrática que a sociedade espera de instituições públicas, em especial das que têm caráter educacional, como é o caso da Unesp, Unicamp e USP”*.

O Cruesp respondeu com o ofício nº 12/2014, reafirmando o *“compromisso de diálogo constante com o Fórum das Seis”* e salientando que *“as negociações sobre o dissídio foram programadas para setembro-outubro, tendo em vista a situação orçamentário-financeira das três universidades”*. Ou seja, apenas repetiram o que nos disseram na “negociação” de 12/5.

Em comunicado dirigido à Unesp, a professora Marilza Vieira Cunha Rudge, reitora em exercício e atual presidente do Cruesp, dá uma mostra exemplar deste

“compromisso de diálogo”. Ela diz aos gestores locais que mantenham *“a rotina de controle diário de frequência ao trabalho”*, e orienta que obtenham *“a reintegração de posse”* em caso de ocupações.

Até agora os reitores limitam-se a comunicar a servidores técnico-administrativos e docentes que terão se contentar com ZERO de reajuste, sem sequer repor o poder aquisitivo corroído pela inflação. Que diálogo é esse que ignora a discussão do conjunto da Pauta Unificada – protocolada desde março – e que contém aspectos decisivos para as universidades, como o financiamento, as condições de trabalho, a permanência estudantil, a descriminalização do movimento, entre outros?

**dialogar = buscar entendimento;
negociar = firmar acordo...**

Ao invés disso, os reitores têm feito vistas grossas ao fato de o governo estadual não repassar R\$ 2 bilhões para as universidades nos últimos seis anos (2008-2013). O Cruesp adota medidas para “resolver problemas de gestão financeira” – que inclui a expansão realizada nas três universidades e no Centro Paula Souza sem recursos adicionais e perenes –, suspendendo contratações, cortando em custeio das unidades e deixando a inflação corroer nossos salários. Exigimos respeito.

Nossa resposta é uma greve forte na Unesp, Unicamp e USP e a luta incansável por mais verbas para a educação pública – agora na LDO-2015. Com a palavra, os reitores.

Todos ao ato estadual de 3/6, 14h, em frente à reitoria da Unesp



FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

ARROCHO, NÃO! A greve começa forte!

Fórum convoca ato estadual para terça, 3/6

Reunidas logo após a realização da audiência pública sobre as universidades (*veja abaixo*), as entidades que compõem o Fórum das Seis aprovaram os seguintes indicativos:

- Continuidade da greve;
- De hoje (28/5) a segunda-feira (2/6), realização de atividades locais (reuniões, debates, atos etc.), de acordo com as especificidades de cada universidade, setor, unidade;
- Terça-feira, 3/6, às 14h, ato unificado estadual, em frente à

Reitoria da Unesp, em São Paulo, para pressionar o Cruesp a abrir negociações efetivas com o Fórum das Seis.

- Sexta, 30/5, às 10h, reunião do Fórum das Seis com a Comissão Técnica do Cruesp para discutir emendas à LDO/2015, na sede do Cruesp, em São Paulo;
- As assembleias de base devem discutir a realização de ato público na avenida Paulista, em SP, “Em defesa da educação pública no estado de São Paulo”, na semana que se inicia em 9/6.

Audiência pública teve casa cheia, números reveladores e protestos contra a ausência dos reitores

Cerca de 800 pessoas – funcionários, professores e estudantes do interior e da capital – atenderam ao chamado do Fórum das Seis e compareceram à audiência pública realizada nesta terça-feira, 27/5, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O auditório Franco Montoro ficou repleto, enquanto cerca de 400 pessoas foram barradas pela PM do lado de fora e só conseguiram entrar, muito lentamente, após intervenção de deputados, a pedido do Fórum das Seis.

Representantes do Fórum expuseram números que comprovam as manobras do governo do estado: cerca de R\$ 2 bilhões deixaram de ser repassados às universidades estaduais nos últimos seis anos (2008-2013). Também houve críticas contundentes à postura dos reitores, que foram convidados para a audiência, mas não compareceram.

Durante a audiência, uma comissão do Fórum foi recebida na reunião do Colégio de Líderes, que ocorre todas as terças-feiras, para expor as reivindicações relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2015): 33% das receitas totais do estado para a educação pública, aí inseridos 11,6% do ICMS quota-parte do Estado (sem o expurgo que denunciamos) para as universidades estaduais e 2,1% deste mesmo imposto para o Centro Paula Souza. Todos os deputados receberam um kit com as emendas propostas pelo Fórum, devidamente fundamentadas.



Encaminhamentos

Ao final da audiência pública, foram aprovados os encaminhamentos apresentados pela coordenação do F6:

- que a Comissão de Educação e Cultura convoque os reitores da Unesp e da Unicamp (consta que o reitor da USP já foi convocado) para audiência pública sobre as três universidades estaduais paulistas;
- que a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento instale audiência pública específica para discussão das propostas do Fórum das Seis para a LDO/2015;
- que todos os partidos políticos com representação na Alesp se pronunciem sobre as propostas do Fórum das Seis para a LDO/2015, incluindo a proposta de mudança da referência para o teto salarial do funcionalismo no estado de São Paulo;
- que o Cruesp reabra negociações efetivas com o Fórum das Seis.

Participe! Divulgue! Esta luta é de todos nós!

Sai o segundo ZERO%. Fórum das Seis indica:

É HORA DE IR À GREVE!

A segunda “negociação” entre Fórum das Seis e Cruesp trouxe mais do mesmo: os reitores reafirmaram o zero% de reajuste e repetiram as alegações sobre a “crise nas universidades”. Numa reunião que durou pouco mais de uma hora, limitaram-se a agendar reuniões mensais com a Comissão Técnica, para acompanhamento da situação orçamentário-financeira das universidades, e “prorrogar” as discussões salariais para setembro/outubro. Os reitores querem que os demais itens da Pauta Unificada sejam remetidos para negociações no âmbito das universidades.

Diante das intervenções feitas pelos representantes do Fórum, retratando a indignação das categorias com a política de jogar sobre estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes o ônus da crise acalentada por eles, os reitores soltaram algumas pérolas.

“Temos que nos preocupar com a atividade fim das universidades – ensino, pesquisa e extensão”, disseram os reitores. Ora, será que imaginam que esse tripé se sustenta sem a preservação dos salários de funcionários técnico-administrativos e docentes?

O reitor da USP chegou a dizer que, ao insistir em falar de salários, o Fórum das Seis estaria contribuindo para “destruir” as universidades estaduais paulistas. Ou seja, os reitores omitiram-se completamente nos anos de expansão sem verbas adicionais e perenes, determinaram as prioridades de gastos nos últimos anos, não questionaram o governo pelo sistemático desvio de verbas das universidades (R\$ 2 bilhões em seis anos, como apurou o Fórum)... e agora querem que paguemos a conta.



A segunda “negociação”: mais do mesmo. Ao lado, pessoal do IA da Unesp, em frente à sede do Cruesp



Diante da intransigência dos reitores, o Fórum indica:

- 1) Ampliar a greve onde já foi iniciada;
- 2) Deflagrar a greve onde ainda não se iniciou, para unificação até o dia 27/5;
- 3) Participar massivamente na audiência pública na Assembleia Legislativa no dia 27/5.

Dia 27/5 tem audiência pública na Alesp. Todos a SP

Por iniciativa do Fórum das Seis, teremos uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, às 14h, no auditório Franco Montoro. O tema da audiência é “A crise financeira das três universidades estaduais paulistas”. Os reitores estão convidados.

O Fórum orienta as entidades a trazerem caravanas para fazermos da audiência um momento de destaque na nossa mobilização. Veja detalhes com a sua entidade e participe!

Sem luta, não tem conquista! Arrocho, não! Isonomia, já!

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Proposta de reajuste do Cruesp na data-base:

ZERO%!

Ou seja, para os reitores “gestão responsável” não é enfrentar o governo ou ter lutado por mais verbas para as universidades, mas sim propor o ARROCHO SALARIAL!

Teremos nova rodada de negociação na quarta-feira, 21/5.

Fórum das Seis indica: MOBILIZAÇÃO, JÁ!

1. Rodada de assembleias de base até terça-feira, dia 20/5;
2. Paralisação na quarta-feira, 21/5, com atividades nas unidades;
3. Discutir formas de mobilização e organização da luta contra o arrocho salarial e em defesa das nossas condições de vida e trabalho e de permanência estudantil;
4. Organizar nossa participação na audiência pública na Alesp, no dia 27/5, onde iremos defender o aumento de verbas para as universidades estaduais e a mudança no teto salarial;
5. Nova reunião do Fórum das Seis na terça-feira, dia 20/5.

Nos últimos seis anos, o governo deixou de repassar cerca de R\$ 2 bilhões às universidades e os reitores não disseram nada. Assim como não cobraram o compromisso de aumento de recursos em troca de ampliação de cursos e campi na Unesp, Unicamp e USP.

Zero% de reajuste, agora, significaria financiar a subserviência política das reitorias ao governo do estado. Isso custaria nossos salários e é inaceitável!

Em tempo

Durante a negociação com o Cruesp, o F6 protocolou ofício contendo as justas reivindicações dos aposentados, de extensão do auxílio alimentação.



Os reitores Tadeu, Marilza e Zago: discurso afinado em torno do arrocho durante a primeira negociação, em 12/5/2014

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Arrocho, não! Isonomia, já!

*Débito do governo com universidades chega a **R\$ 2 bilhões** em 6 anos. Reitores e Conselhos Universitários não dirão nada?*

A primeira reunião de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp está agendada para 12/5. E o que vem por aí? Sucedem-se comunicados oficiais e informais sobre “tempos difíceis”, necessidade de corte de investimentos, suspensão de contratações etc. Todo mundo sabe o que isto significa, especialmente em época de data-base: perspectiva de arrocho...

Ao mesmo tempo em que espalham números negativos, reitorias e conselhos universitários se omitem diante de um dado espantoso: de 2008 a 2013, o governo estadual deixou de repassar R\$ 2 bilhões para Unesp, Unicamp e USP!

Em boletim anterior (14/4), o Fórum das Seis noticiou que, por conta de manobras contábeis, só em 2013, o governo estadual deixou de repassar R\$ 540,41 milhões às universidades. Ao analisar um período maior, verificamos que o desvio de recursos vem crescendo. A

Tabela I mostra os valores nominais deixados de receber entre 2008 e 2013. A composição destes valores é resultado de descontos indevidos dos montantes destinados à Habitação e ao programa Nota Fiscal Paulista (NFP), bem como das alíneas de execução orçamentária desconsideradas pelo governo no cômputo dos 9,57% devidos à Unesp, Unicamp e USP, que são as seguintes (*ver nos parêntesis sua identificação formal*):

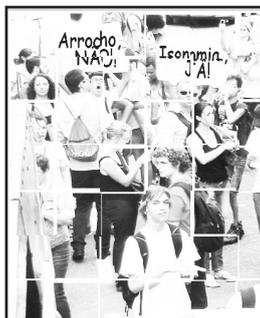
1. Multas e juros de mora do ICMS (1911);
2. Multas e juros da dívida ativa do ICMS (1913);
3. Multas por infração do regulamento do ICMS (1919 50);
4. Receita da dívida ativa do ICMS (1931 15);
5. Outras receitas, provenientes de acréscimo financeiro sobre ICMS não inscrito, referentes aos programas de parcelamento incentivado (PPI) e de parcelamento especial (PPE) (1990 99).



TABELA I
Valores não repassados à Unesp, Unicamp e USP 2008-2013 (em R\$ milhões)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Habitação	568,12	322,04	662,10	741,19	1.083,00	1.053,00
NFP	203,80	804,00	971,00	1.142,00	1.313,00	1.302,00
1911	555,24	425,40	534,26	667,32	545,00	2.846,70
1913	59,05	82,67	132,82	240,45	32,55	116,50
1919 50	39,61	83,40	128,83	186,66	7,85	68,20
1931 15	34,95	32,85	42,12	57,65	79,56	31,70
1990 99	129,73	167,54	236,66	303,90	296,03	228,80
Total	1.590,50	1.917,90	2.707,79	3.339,17	3.356,99	5.646,90
Valor não repassado	152,21	183,54	259,14	319,56	321,26	540,41

Fontes: Secretaria de Estado da Fazenda e planilhas Cruesp.



12 de maio é Dia Estadual de Mobilização

Em sua reunião de 29/4, o Fórum das Seis aprovou a realização de um dia de mobilização em 12/5, quando acontece a primeira negociação com o Cruesp. O indicativo do Fórum é que, neste dia, as unidades promovam atividades como: paralisações, atos públicos, debates sobre o financiamento/desvio de recursos, assembleias etc. Neste mesmo dia, o Fórum volta a se reunir pela manhã, antecedendo à negociação. Reitores e Conselhos Universitários precisam ser cobrados. **É hora de mobilização. Arrocho, não! Isonomia, já!**



Portanto, em termos nominais, tivemos um prejuízo acumulado de R\$ 1,776 bi em seis anos. Mas, se levarmos em conta o efeito inflacionário, teremos uma melhor ideia do tamanho real do desvio, conforme mostra a Tabela II, que considera o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fun-

dação Getúlio Vargas.

Ou seja, uma estimativa que leve em conta apenas a evolução inflacionária média do período em questão indica que, entre 2008 e 2013, o governo deixou de repassar às universidades estaduais paulistas o montante de R\$ 2 bilhões!

TABELA II
Estimativas do
não repasse às
estaduais
paulistas
2008-2013
(em R\$ milhões)

Período	IGP-DI (%)	Valor Nominal	Valor Atualizado
dez/13 a dez/13	–	540,41	540,41
dez/12 a dez/13	5,53 %	321,26	339,03
dez/11 a dez/13	14,09 %	319,56	364,59
dez/10 a dez/13	19,81%	259,14	310,48
dez/09 a dez/13	33,35%	183,54	244,75
dez/08 a dez/13	31,44%	152,21	200,07
Total atualizado			1.999,33

Reitores e Conselhos Universitários se calam

Os números anteriores retratam um problema crônico, que é central na nossa luta, tanto com o governo do Estado, quanto com o Cruesp, que vem se submetendo a esta prática política. Assim, será necessário intervir com energia no debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, para reverter a sonegação de recursos para a educação superior pública paulista.

Ao mesmo tempo, não vamos aceitar o discurso fácil da “falta de recursos” nesta data-base. Não vamos permitir que as contas das universidades sejam “equilibradas” com o corte em itens fundamentais para a comunidade, como o poder aquisitivo dos salários, as condições de trabalho, a permanência estudantil, entre outros.

Defesa de mais verbas no Orçamento 2015

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2015) do estado de SP começa a ser discutida agora. A Assembleia Legislativa já divulgou o calendário de audiências públicas para debater o assunto. Como fez nos anos anteriores, o Fórum das Seis está defendendo o aumento de recursos para a educação: 33% das receitas totais do estado para o conjunto da educação pública, aí inseridos 11,6% do ICMS quota-parte do Estado (sem o expurgo que denunciemos!) para as universidades estaduais e 2,1% deste mesmo imposto para o Centro Paula Souza.

Organize-se em sua entidade e participe das audiências públicas na sua região.
Sua participação faz toda diferença!

Calendário de audiências públicas do Orçamento Estadual - 2015

- | | |
|-------------------------------------|--|
| . 28/4 (segunda), 20h, Osasco | . 22/5 (quinta), 18h, Bauru |
| . 29/4 (terça), 20h, Santo André | . 26/5 (segunda), 10h, São José dos Campos |
| . 5/5 (segunda), 20h, Guarulhos | . 29/5 (quinta), 10h, Assis |
| . 6/5 (terça), 14h, São Paulo | . 30/5 (sexta), 10h, Presidente Prudente |
| . 8/5 (quinta), 10h, Piracicaba | . 2/6 (segunda), 10h, Itapeva |
| . 9/5 (sexta), 10h, Jundiaí | . 5/6 (quinta), 18h, Barretos |
| . 12/5 (segunda), 10h, Santos | . 6/6 (sexta), 10h, São José do Rio Preto |
| . 13/5 (terça), 10h, Registro | . 9/6 (segunda), 10h, Americana |
| . 15/5 (quinta), 10h, Franca | . 10/6 (terça), 10h, São Carlos |
| . 16/5 (sexta), 10h, Ribeirão Preto | |
| . 19/5 (segunda), 10h, Sorocaba | |
| . 22/5 (quinta), 10h, Araçatuba | |

Observação: todas as audiências são realizadas nas Câmaras Municipais, exceto em P. Prudente (sede da OAB) e em São Paulo (auditório Franco Montoro, na Alesp).

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Arrocho, não! Que os reitores se mexam

*Governo Alckmin deixou de repassar R\$ 540 milhões
às estaduais paulistas só em 2013...*

A Pauta Unificada da data-base de 2014 já é de conhecimento do Cruesp. Junto com ela, o Fórum das Seis (F6) protocolou um ofício, no dia 28/3, fazendo sugestões de datas para reuniões, com o objetivo iniciar as negociações ainda em abril. Em sua reunião de 8/4, o F6 aprofundou a discussão sobre o cenário em que deve se desenrolar nossa campanha de data-base neste ano.

A inflação dá sinais de crescimento em 2014. A estimativa é de que o índice medido pelo Dieese – que usamos na Pauta Unificada – fique em torno de 7% no período de maio/2013 a abril/2014. Trata-se de um percentual significativo e que reforça o eixo da nossa campanha: “**ARROCHO, NÃO. ISONOMIA, JÁ!**” Preservar o poder aquisitivo dos salários e, com isso, evitar maior deterioração das nossas condições de vida e de trabalho é essencial, pois é o mínimo que se pode pleitear.

Além da reposição inflacionária, nesta data-base estamos reivindicando mais 3% a título de reposição parcial de perdas históricas, bem como a negociação da equiparação dos pisos salariais, preservando as estruturas de carreira entre os funcionários técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza, além dos demais itens que compõem a Pauta, que tratam de assuntos de extrema importância.

O governo tunga, reitores e Conselhos Universitários se calam

Nos últimos anos, o Fórum das Seis vem denunciando um conjunto de manobras do governo paulista para subtrair recursos das universidades estaduais. Como se sabe, o montante destinado a elas corresponde a 9,57% do que é arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), quota parte do Estado, conforme determinado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anualmente.



Ocorre que o governo deixa de considerar vários itens no momento de calcular e repassar os 9,57%. O mais conhecido é o montante da Habitação, mas não é só. Pesquisa feita pelo Fórum das Seis no portal da Secretaria da Fazenda, acerca dos dados de 2013, mostra que **540,41 milhões de reais** deixaram de ser repassados às universidades no ano passado. Esse montante é oriundo dos seguintes itens não considerados pelo governo ao calcular os 9,57% destinados às universidades:

- 1 - R\$ 1.053 milhões correspondentes à Habitação;
- 2 - R\$ 2.846,7 milhões de multas e juros de mora do ICMS;
- 3 - R\$ 116,5 milhões de multas e juros da dívida ativa do ICMS;
- 4 - R\$ 68,2 milhões de multas por infração do regulamento do ICMS;
- 5 - R\$ 31,7 milhões provenientes da receita da dívida ativa do ICMS;
- 6 - R\$ 228,8 milhões de outras receitas, provenientes de acréscimo financeiro sobre ICMS não inscrito, sobre os programas de parcelamento incentivado (PPI) e de parcelamento especial (PPE);
- 7 - R\$ 1.302 milhões referentes à restituição de arrecadação via Nota Fiscal Paulista.





Portanto, a aplicação de 9,57% sobre a soma desses itens (5,65 bilhões de reais) resulta numa tungada de R\$ 540,41 milhões sobre as universidades! Não é pouco! Corresponde a 6,3% de tudo o que foi repassado para Unesp, Unicamp e USP em 2013.

Detalhe importante: com exceção do item 7, o governo repassa os 25% devidos aos municípios sobre todos os demais, o que se configura em um tratamento discriminatório contra as universidades.

Ao contrário do Fórum das Seis, os reitores das universidades estaduais paulistas têm considerado “regular” esse sistemático desvio de verbas. Em ofício emitido em 2012, após uma das várias cobranças feitas pelo Fórum, o Cruesp diz:

“Em atenção ao contido no ofício Fórum das Seis nº 01/2012, temos a informá-los que os dados divulgados pela Secretaria da Fazenda no Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO são rotineiramente acompanhadas pelas Assessorias Técnicas das Universidades, não havendo divergências de entendimento quanto aos valores repassados mensal e anualmente” (Ofício Cruesp nº 04/2012).

Além disso...

A omissão dos dirigentes universitários não se limita às verbas não repassadas anualmente às universidades. Nos episódios de expansão de vagas, campi e cursos, ao longo dos últimos anos, é escandalosa a quebra de compromisso por parte do governo, sem que as Reitorias e os Conselhos Universitários façam qualquer questionamento. Vejamos alguns exemplos:

► Quando a USP incorporou Lorena, o compromisso do governo foi de adicionar 0,07% do ICMS à

quota-parte da universidade = NÃO CUMPRIDO!

► Quando a Unicamp criou o campus de Limeira, o compromisso do governo foi de adicionar 0,05% do ICMS à Unicamp = NÃO CUMPRIDO!

► A Unesp abriu as unidades de Itapeva, Sorocaba, Ourinhos, Registro, Tupã, Rosana, Dracena e São João da Boa Vista, bem como criou novos cursos de engenharia, em diferentes locais, mediante promessas de aumento de recursos por parte do governo estadual = NÃO CUMPRIDO!

E agora vêm com o discurso de “tempos difíceis”?

Ao mesmo tempo em que compactuam com o desvio de recursos praticado contra as universidades, os reitores alegam que, frente a “tempos difíceis”, é preciso cortar, cortar, cortar... dos salários, das condições de trabalho, da permanência estudantil, das contratações e de outros itens que dizem respeito diretamente à vida dos funcionários técnico-administrativos, docentes e estudantes.

Assim é fácil. Cobrar o governo, nem tanto. Fica a questão: até quando o Cruesp e os Conselhos Universitários da Unesp, Unicamp e USP permanecerão coniventes com esta política do governo do Estado?

Está mais do que na hora de reitores e Conselhos Universitários assumirem as instituições que representam ou deveriam representar!

Reunião do Fórum das Seis

A próxima reunião do F6 está marcada para o dia 22/4, terça-feira, para discutir os próximos passos da campanha de data-base deste ano.

Extensão de benefícios aos aposentados

Os departamentos de aposentados de algumas das entidades que compõem o Fórum das Seis vêm se reunindo para discutir iniciativas específicas.

Uma das reivindicações é a extensão do auxílio alimentação a todos os servidores aposentados das universidades estaduais paulistas, por se tratar “do mais justo reconhecimento a quem deu o melhor de si para a formação de profissionais e pesquisadores de alto nível que enriquecem e honram o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços à comunidade deste país”, como enfatiza documento produzido em uma das reuniões. O texto assinala também: “A extensão ora pleiteada, uma vez re-

conhecida e ativada, vem também possibilitar ao aposentado a oportunidade de um regime alimentar mais específico, com consequentes benefícios para a saúde, tão necessários nesta fase da vida”.

Em sua reunião de 8/4, o Fórum das Seis avaliou que, embora a Pauta Unificada 2014 pleiteie a incorporação deste “benefício” aos salários, a reivindicação de extensão do auxílio alimentação aos aposentados é muito válida enquanto isso não é conquistado.

Desta forma, na primeira reunião que ocorrer com o Cruesp neste ano, o Fórum das Seis encaminhará aos reitores os documentos produzidos pelos departamentos de aposentados das entidades.

Em 2014, intensificar a luta por democratização, tratamento isonômico e valorização salarial...

Nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza (Ceeteps, em greve desde 17/2), o ano promete ser de intenso debate e muita luta pelas reivindicações dos servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes. O Fórum das Seis já começou a preparar a próxima campanha de data-base e é fundamental estar atentos para a conjuntura que devemos enfrentar.

No cenário nacional, o ano tem início sob a expectativa de retomada das mobilizações que marcaram 2013, fomentadas pelas contradições que emergem de demandas por direitos sociais não atendidas – saúde, educação, transporte e tantos outros – ao mesmo tempo em que, por um lado, verificam-se os altos gastos com a Copa do Mundo e, por outro, a continuidade da corrupção impune.

De modo geral, a reação dos governos tem sido a de pouca disposição ao diálogo e à negociação, sendo que prevalece, neste momento, uma tentativa de “aperfeiçoar” os mecanismos de repressão aos movimentos sociais que se anunciam para 2014.

O cenário de disparidade interna

Segundo dados de série histórica até agora disponíveis, as três universidades estaduais paulistas apresentam o seguinte quadro:

Isso posto, cabe lembrar que, desde o período citado (1995-2012), Unesp, Unicamp e USP têm sido submetidas a um financiamento insuficiente (9,57% do ICMS quota-parte do Estado) – apesar das lutas do Fórum das Seis para ampliar tais recursos –, sendo que o esforço coletivo de seus servidores (docentes e funcionários técnico-administrativos) e estudantes tem garantido, com qualidade, ensino, pesquisa e extensão à sociedade. Mas, cabe questionar: se estas condições não melhorarem, até quando isto será possível?

Ao contrário do tratamento democrático e exemplar que se espera de instituições públicas, sobretudo educacionais, como é o caso das três estaduais paulistas, no ano passado:

- na **Unesp**, a greve de seus três segmentos, tendo como pano de fundo as reivindicações de tratamento isonômico com as demais universidades, em relação a salários, “benefícios” e políticas de permanência estudantil, teve como resposta o uso de força policial e a abertura de sindicância contra dezenas de estudantes; a adoção, pela primeira vez em sua história, do corte de ponto dos servidores; o não cumprimento da promessa de reajuste de 3,415% para todos os docentes e a intensificação de um instrumento de “avaliação” inadequado e devastador para o trabalho acadêmico.

- na **USP**, a gestão Rodas extrapolou quaisquer regras de con-

Universidades estaduais: Crescimento de 1995 a 2012

	Unesp			Unicamp			USP		
	1995	2012	Varição	1995	2012	Varição	1995	2012	Varição
Docentes	3.497	3.625	3,7%	1.996	1.739	- 13%	5056	5.860	15,9%
Técnico-administrativos	7.918	7.257	- 8,3%	8.681	7.878	- 9,3%	15105	16.839	11,5%
Cursos de graduação	80	122	52,5%	44	67	52,3%	132	249	88,6%
Vagas em graduação/Vestibular	4.311	7.434	72,4%	1.990	3.320	66,8%	6902	10.602	53,6%
Alunos matriculados/graduação	19.618	35.485	81%	9.023	18.026	99,8%	32834	58.303	77,6%
Cursos de pós-graduação	83	122	47%	85	126	48,2%	476	641	34,7%
. Mestrado	-	-	-	46	66	43,5%	257	332	29,2%
. Doutorado	-	-	-	39	60	53,8%	219	309	41,1%
Alunos matriculados/pós-graduação	4.777	11.804	147%	8.771	14.543	65,8%	19.683	33.761	71,5%
. Mestrado	3.395	6.469	90,5%	3.830	5.249	37%	8024	13.836	72,4%
. Doutorado	1.382	5.335	286%	2.996	5.984	99,7%	6060	14.662	142%
. Especial	-	-	-	1.945	3.310	70,2%	5599	5.263	- 6%
Títulos outorgados (total)	581	2.606	348,5%	1.044	2.085	99,7%	2.643	6.016	127,6%
. Mestrado	433	1.754	305%	724	1.232	70,2%	1.584	3.577	125,8%
. Doutorado	148	852	475,7%	320	853	166,5%	1059	2.439	130,3%

duta democrática e ética, adotando medidas bastante autoritárias, que incluíram a aprovação de orçamento *ad referendum* do Conselho Universitário; a continuidade de sindicâncias e processos contra estudantes e funcionários técnico-administrativos; o descumprimento de revisão da “progressão horizontal” da carreira docente implantada unilateralmente e a improbidade administrativa que resultou na interdição da EACH (USP-Leste). Contudo, ainda que indiretamente, mas inédito na instituição, elegeu-se uma chapa para a Reitoria (reitor e vice), o que até então nunca ocorrera.

- na **Unicamp**, após anos de ataques da Reitoria aos direitos de funcionários, docentes e estudantes na gestão Fernando Costa, a gestão Tadeu Jorge reconheceu parte das reivindicações das categorias e iniciou um processo de negociações com as entidades. Algumas questões avançaram, por exemplo, as referentes à isonomia salarial, retirada de punições devidas a greves e aumento do auxílio alimentação. Porém, outras precisam ser resolvidas: 30 horas na área de saúde, extensão do vale alimentação a aposentados, carreiras e segurança nos *campi*. Afora isso, é preciso rediscutir a estuante, a compra da Fazenda Argentina e a fundação na área da saúde.

Todo apoio à greve nas ETEC e nas FATEC



Professores e funcionários das Escolas Técnicas (ETEC) e Faculdades de Tecnologia (FATEC), que compõem o Ceeteps, estão em greve desde 17/2/2014.

Apesar da intensa propaganda que o governo faz dessas escolas e faculdades, há em todas as unidades falta de pessoal, pois os salários são os menores da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, sendo que as condições de trabalho deixam muito a desejar.

Em 2011, a categoria realizou greve. Na época, além de pequenas concessões salariais, o governo Alckmin comprometeu-se a elaborar um novo plano de carreira. Desde então, o Sindicato (Sinteps) vem realizando muitos atos e manifestações para a implantação de uma nova carreira. Após várias negociações entre as partes, foi construída uma proposta considerada razoável pelos trabalhadores, que aceitavam deixar de fora algumas reivindicações históricas, com vistas a agilizar seu trâmite e ver esta nova carreira implementada naquele ano.

Em meados de 2013, quando as negociações terminaram, o projeto seguiu para o governo, que precisaria apenas enviá-lo à Assembleia Legislativa (Alesp). Embora tenha se comprometido a fazer isso ainda a tempo de ser aprovado até o final daquele ano, o governo não cumpriu sua palavra.

Hoje, não se sabe onde está o projeto e nenhuma posição concreta é apresentada ao Sinteps. Há, inclusive, informações de que o governo pretende cortar alguns itens acordados entre as partes. A greve é, portanto, para forçar o governo Alckmin a enviar o projeto para a Alesp e aprová-lo, com urgência e sem cortes!

No **Centro Paula Souza**, instituição que abriga as Escolas Técnicas (ETEC) e as Faculdades de Tecnologia (FATEC), a situação de profunda degradação salarial e de condições precárias de trabalho, agravadas com a expansão indiscriminada e sem recursos adicionais, faz explodir uma greve, que se mostra forte neste início de ano. (*ver mais detalhes no box ao lado*).

A data-base 2014

É momento de preparar a data-base 2014. Isso implica não somente definir nossas reivindicações, mas também fortalecer nossa organização por meio do Fórum das Seis. É preciso construir uma campanha que tenha como eixo central o tratamento isonômico entre as três universidades estaduais, com vistas à construção de um efetivo sistema de ensino superior público paulista. Tal processo deve constituir-se numa forma de organização mais equitativa, que valorize as diferenças intrínsecas a cada universidade e caminhe no sentido de superar as disparidades entre elas – não apenas no que se refere a condições de trabalho, de salários e “benefícios” aos funcionários técnico-administrativos e docentes, mas também no que diz respeito a políticas de permanência estudantil.

A luta contra a criminalização dos movimentos sociais e em prol da democratização das estruturas de poder na USP, Unicamp, Unesp e no Centro Paula Souza continuarão na ordem do dia, bem como a batalha por mais verbas para estas instituições e a educação pública em geral.

A conduta do Cruesp na data-base de 2013 resumiu-se, mais uma vez, no mero anúncio do índice salarial, desconsiderando o amplo conjunto da Pauta Unificada, sendo desrespeitosa com a comunidade acadêmica e suas entidades representativas. Isso não pode mais acontecer.

Neste ano, é preciso que a campanha de data-base se traduza em negociações sérias e efetivas das reivindicações da Pauta Unificada 2014.

É hora de fortalecer a nossa organização, para que a nossa luta seja vitoriosa.

Sua participação, assim como a participação de todos, faz toda diferença!